



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2026			MOD. 2.01.001
Processo Administrativo SEI n.º 26.0.000004624-7			
OBJETO			
FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), INCLUINDO PORTABILIDADE NUMÉRICA, ATIVAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E OUTRAS CARACTERÍSTICAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESTES EDITAL E ANEXOS.			
Valor Total Estimado para 60 meses:			
R\$ 1.028.407,80 (Um milhão, vinte e oito mil, quatrocentos e sete reais e oitenta centavos)			
SRP	VISTORIA	MODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAM
Não	Não	Aberto e Fechado	Menor Preço Global
ENDEREÇO ELETRÔNICO			
www.licitanet.com.br			
ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:			
Dia: 28/05/2026 às 09h30min			
EXCLUSIVIDADE ME/EPP	RESERVA DE COTA ME/EPP	AMOSTRA	INSTRUMENTO CONTRATUAL
Não	Não	Não	Sim
IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS			
Até o dia 25/05/2026 por meio do sistema eletrônico Licitanet, conforme itens 11.1.1 e 11.2.			
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO	ENDEREÇO	E-MAIL PARA INFORMAÇÕES	TELEFONE
Kátia Maria Diniz Cassiano Portaria nº 444, de 04 de fevereiro de 2025	Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Praça Marechal Deodoro, nº 319, Maceió/AL.	licitacao@tjal.jus.br	(82) 4009-3962
MENSAGENS AOS LICITANTES			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do TJAL pelo endereço https://pncp.gov.br , selecionando as opções Contratações > Filtros > Modalidade de contratação > Pregão Eletrônico > Unidades compradoras > 925343 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. O Edital e seus anexos estão disponíveis para download também no endereço https://www.tjal.jus.br/licitacao .			



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO
2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME
3. DO CREDENCIAMENTO
4. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO
5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE
9. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
10. DA HABILITAÇÃO
11. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DO RECURSO
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13. DA ADJUDICAÇÃO
14. DA HOMOLOGAÇÃO
15. DA DESPESA
16. DO PAGAMENTO
17. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO
18. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS
19. DO PRAZO E CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
22. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
23. DAS PENALIDADES
24. DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES
25. DO REAJUSTE
26. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD
27. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
28. DA SUBCONTRATAÇÃO
29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

EDITAL

Processo SEI nº 26.0.000004624-7

Pregão Eletrônico nº 009/2026

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, por meio do seu DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, Ato Normativo TJAL n.º 19 de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será conduzido por servidor integrante desta Administração, denominado(a) Pregoeiro(a), e membros da equipe de apoio, designados para este certame através da **Portaria nº 444, de 04 de fevereiro de 2025** e previamente credenciados no aplicativo "Licitanet", constante da página eletrônica <https://licitanet.com.br/>, cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos, utilizarão os recursos de segurança: criptografia e autenticação.

Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília /DF.

1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para o fornecimento de serviços de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com fornecimento de troncos digitais (PRI/E1) e troncos IP (SIP Trunk), incluindo portabilidade numérica, ativação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e monitoramento 24x7, com conversão assistida dos atuais entroncamentos E1 convertidos para SIP por meio de gateways, sem descontinuidade do serviço e sem ônus adicional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 A licitação será realizada em Lote Único, uma vez que a divisão do objeto é técnica e/ou economicamente inviável.
- 1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4 **Integram este edital:**



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 1.4.1 **ANEXO I** – Modelo de Proposta – Especificações do Objeto;
- 1.4.2 **ANEXO II** – Declarações;
- 1.4.3 **ANEXO III** – Planilha de Dados para pagamento e realização de outros atos necessários;
- 1.4.4 **ANEXO IV** – Minuta Contratual; e
- 1.4.5 **ANEXO V** – Termo de Referência.

2 . DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

- 2.1 O início da etapa de lances dar-se-á no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

LOCAL	DATA	HORÁRIO
https://licitanet.com.br/	28/05/2026	10h

- 2.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a participação no certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro (a) em contrário.
- 2.3 Nos casos de indisponibilidade de acesso do(a) pregoeiro(a) à sala de disputa de lances no sistema “Licitanet”, que impeça o início da disputa, será aguardado o prazo máximo de **até 2 (duas) horas**, contado do horário determinado no subitem 2.1. Decorrido esse prazo, será aplicada a regra do subitem anterior.

3 . DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica;

- 3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4 . DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;
- 4.2 A participação nesta licitação importa à proponente a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;
- 4.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações constantes dos anexos;
- 4.4 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência – Anexo V do Edital;
- 4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital e na Lei n. 14.133/21;
- 4.6 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/> ;
- 4.6.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível da licitante e subsequente encaminhamento da



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

- 4.7 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;
- 4.8 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o Tribunal de Justiça de Alagoas, em nenhuma hipótese, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;
- 4.9 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Tribunal de Justiça de Alagoas, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;
- 4.10 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;
- 4.11 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente pela promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.12 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.13 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.14 O licitante deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade, conforme Resolução CNJ nº 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário. Veja-se:
- 4.14.1 Ser adotadas pela CONTRATADA as normas federais, estadual e municipal quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do TJAL;

- 4.14.2 A Contratada deverá observar as normas da Resolução CNJ nº 400/2021, do Plano de Logística Sustentável do CNJ, e o Guia das Contratações Sustentáveis do TJ/AL, nos termos da Portaria n. 360, de 26 de janeiro de 2023;
- 4.15 Os itens serão de participação ampla pelas empresas interessadas, desde que não estejam nas hipóteses de impedimento previstas neste Edital;
- 4.16 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010;
- 4.17 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;
- 4.17.1 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.
- 4.18 Não poderão disputar esta licitação:
- 4.18.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- 4.18.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.18.2.1 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 4.18.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 4.18.4 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a empresa poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 4.18.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.18.5.1 O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;
- 4.18.6 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.18.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.18.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.18.9 Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.18.9.1 A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 4.18.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.18.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos

da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 4.18.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.18.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 4.18.14 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.18.15 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.19 O licitante se absterá de praticar atos ilícitos, especialmente os descritos no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprometerá a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência e eficiência, e respeitará os valores previstos no Código de Conduta das Contratações do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, conforme item 16 do Termo de Referência-Anexo V ao Edital.
- 4.20 Da participação de licitantes sob a forma de Consórcio:
- 4.20.1 Será admitida a participação de consórcio a ser integrado por, no máximo, 03(três) empresas, que deverão atender às condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, neste Edital e seus anexos, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- 4.20.2 A empresa responsável pela execução do serviço será necessariamente a empresa líder no consórcio.
- 4.20.3 Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas, indicando o percentual de participação de cada uma no consórcio;

- 4.20.4 Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 4.20.5 Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 4.20.6 Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 4.20.7 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- 4.20.8 A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;
- 4.20.9 As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos no Edital, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, no qual deverá constar a indicação do percentual de participação de cada empresa na constituição do consórcio, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio;
- 4.20.10 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva, mais 180 (cento e oitenta) dias;
- 4.20.11 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo TJAL e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- 4.20.12 Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

- 4.20.12.1 O consórcio deverá atender ao disposto no Artigo 15 e nos §§10 e 11 do Artigo 67, da Lei Federal 14.133/2021, bem como aos demais regramentos estabelecidos em legislação correlata.

5 . DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a “descrição detalhada do objeto ofertado”, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.
- 5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:
- 5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema



eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1 Havendo item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.3 A falsidade da declaração de que trata o item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

5.8 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.9 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.10 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

- 5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.13 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.14 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.15 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 . DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor total do Lote; Marca; Fabricante e Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;
- 6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- 6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
- 6.6 Caso haja omissão dos dados da empresa licitante, referente ao prazo de validade da proposta, mencionada na alínea acima, será considerado o prazo estipulado neste Edital.
- 6.7 Não será admitida a desistência da proposta após a abertura da sessão pública, hipótese na qual o Pregoeiro (a) poderá solicitar a autuação de processo administrativo para apenação, na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;
- 7.2 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;
- 7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;
- 7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;
- 7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;
- 7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;
- 7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

- 7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$ 100,00 (cem reais);
- 7.10 O envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.14 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.16 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência.
- 7.16.1 Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS, automaticamente, caso a licitante permaneça inerte;



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 7.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.18 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 7.19 Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 7.20 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 7.21 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 7.22 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 7.23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/> ;
- 7.24 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 7.24.1 Na hipótese de suspensão da sessão pública para análise documental, sua retomada deverá ser comunicada aos licitantes, pelo sistema via “chat”, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- 7.25 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 7.26 Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for



empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

7.27 Entende-se como empate ficto, àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

7.27.1 A melhor classificada nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.27.2 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.27.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.27.4 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.28 O disposto no item 7.27 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.29 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.30 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.30.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.30.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 7.30.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.30.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.31 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 7.31.1 Empresas estabelecidas no território do Estado de Alagoas;
 - 7.31.2 Empresas brasileiras;
 - 7.31.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.31.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.32 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.33 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8 . DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

- 8.1 Como condição prévia ao exame da proposta da licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
 - 8.1.1 Por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, a consulta aos cadastros dispostos nos subitens abaixo será realizada também em nome do sócio majoritário da empresa.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 8.1.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes);
- 8.1.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 8.1.1.3 Lista de licitantes Inabilitados/Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU. 8.1.2 Constatada a existência de sanção, o pregoeiro desclassificará o licitante por falta de condição de participação.
- 8.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.3 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 8.4.1 Contiver vícios insanáveis;
 - 8.4.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.4.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.4.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.5 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 8.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 8.5.2 Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.5.3 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 8.6 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.10 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, dentre outros, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, na forma disciplinada, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.11.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.11.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta da licitante será recusada.
- 8.11.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance

ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.12 Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

8.12.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

8.12.2 A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

8.12.3 Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

8.12.4 A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

8.12.5 Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

8.12.6 Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicadas.

8.12.7 Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na PoC, venha a apresentar falha durante o teste.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 8.12.8 Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.
- 8.12.9 Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.12.10 No caso de desclassificação da licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na Prova de Conceito – PoC.
- 8.12.11 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.13 Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste EDITAL e seus ANEXOS efetuada pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9 . ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1 A proposta final da licitante classificada em primeiro lugar deverá ser encaminhada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo Pregoeiro, prorrogáveis por igual período, quando solicitado pela arrematante dentro do prazo inicialmente fixado no sistema eletrônico, devidamente adequada ao último lance ofertado após a fase de negociação, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares previstos neste Edital e seus anexos, devendo, ainda atender aos seguintes requisitos:
- 9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, indicando o CNPJ da empresa e CPF de seus sócios, acompanhada de folder com a especificação técnica completa do equipamento ofertado e seus principais componentes juntamente, em língua portuguesa.
- 9.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 9.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 9.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12 da Lei nº 14.133/21).
- 9.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, observando os valores unitários dos itens, sob pena de desclassificação.
- 9.6.1 Os valores unitários serão disponibilizados aos licitantes após o término dos lances.
- 9.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 9.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
- 9.9 Estando a proposta ajustada de acordo com o edital, será considerada classificada, quando então serão analisados os documentos de habilitação da empresa arrematante.

9.10 DA VISTORIA

- 9.10.1 Para o respectivo objeto não há previsão para vistoria.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Os documentos previstos neste item, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.2.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 10.2.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;
- 10.2.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.2.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 10.2.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.
- 10.2.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.2.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- 10.2.8 RG e CPF do representante legal da empresa, acompanhados de Ata de Eleição ou procuração, se não for o indicado em contrato social.
- 10.2.9 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 10.3 **No caso de participação em consórcio**, as empresas consorciadas deverão apresentar a comprovação da regularidade jurídica, por empresas reunidas em consórcio deverá ser feita individualmente por cada uma delas e apresentado o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio na forma determinada o Artigo 15, da Lei Federal nº 14.133/2021, subscrito por todas, na forma da legislação aplicável, do qual deverão constar os requisitos do art. 279 da Lei Federal nº 6.404/1976 e ainda:
- 10.3.1 A indicação da empresa líder, que detenha a maior participação no consórcio, sendo a responsável principal perante o Tribunal, e que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

procedimento licitatório e da execução contratual, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários à fiel e perfeita execução do objeto do contrato, até o término de sua vigência;

- 10.3.2 Compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao contrato, até o recebimento definitivo de seu objeto pelo Tribunal;
- 10.3.3 Compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia anuência do Tribunal, até o recebimento definitivo do objeto contratual;
- 10.3.4 Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros;
- 10.3.5 Compromissos, obrigações, e definição da participação individual de cada consorciado e seu percentual financeiro em relação ao objeto desta licitação e do contrato;
- 10.3.6 Duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo de vigência do contrato, se este vier a ser firmado;
- 10.3.7 Declaração expressa dos consorciados de que providenciarão, até a assinatura do contrato, o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio na respectiva Junta Comercial, devendo a certidão do arquivamento ser publicada;
- 10.3.8 Declaração de que atenderão ao disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 10.3.9 O termo de Compromisso de Constituição do Consórcio deverá ser acompanhado do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor de todas as empresas participantes, conforme citado acima.

10.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 10.4.1 Prova de regularidade junto à Fazenda Federal – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 10.4.2 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social: CND - Certidão Negativa de Débito, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou pela Secretaria da Receita Federal;

- 10.4.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certidão de Regularidade de FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 10.4.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante; e
- 10.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).
- 10.4.6 Nos casos em que as certidões no âmbito da Receita Federal, bem como no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional estiverem unificadas, será aceita a Certidão Negativa de Débitos conjunta. A unificação das certidões negativas está prevista na Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014.
- 10.4.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.5 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

- 10.5.1 Conforme itens 4.2.3, 4.2.4 e 16.2.1– Qualificação Técnica – do Termo de Referência, anexo V do Edital.**
- 10.5.2 A empresa, detentora da melhor proposta, deverá apresentar atestado(s) de capacitação e capacidade técnicas, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) de forma satisfatória o desempenho de atividades com características compatíveis com o objeto deste edital em características, quantidades e prazos, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o TJ possa valer-se para manter contato com os declarantes;
- 10.5.3 Será admitida a soma de atestados para comprovar o quantitativo;
- 10.5.3.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo dos serviços, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para

fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

10.5.4 O participante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, entre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

10.5.5 Os documentos apresentados por uma mesma licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos.

10.6 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.6.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

10.6.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.6.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.6.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.6.2.3 Será admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.6.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.6.3 A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ILG: Índice de Liquidez Geral ≥ 1 (maior ou igual a 1)

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

ILC: Índice de Liquidez Corrente ≥ 1 (maior ou igual a 1)

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

SG: Solvência Geral ≥ 1 (maior ou igual a 1)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

10.6.3.1 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.6.3.2 Serão consideradas como detentoras de capacidade econômico-financeira satisfatória as Licitantes que obedecerem simultaneamente às condições do item 3 acima.

10.6.3.3 As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.7 OUTROS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

10.7.1 Declarações constantes do Anexo II deste Edital;

10.7.2 Planilha de dados preenchida na forma do Anexo III deste edital.

10.7.3 A não entrega da planilha de dados na forma do anexo acima mencionado não implicará a inabilitação da licitante do certame licitatório, devendo, o(a) Pregoeiro(a) conceder prazo para sua apresentação.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 10.8 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, pela opção “enviar anexo”, no prazo mínimo de 24 (vinte quatro) horas, a ser estipulado, contado da solicitação do Pregoeiro;
- 10.8.1 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no “chat” pelo licitante, antes de findo o prazo;
- 10.8.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 10.8.2.1 No caso descrito no subitem supramencionado, documentos exigidos acima deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da convocação. Os documentos deverão ser entregues no Departamento Central de Aquisições, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a) solicitante, no Tribunal de Justiça de Alagoas.
- 10.8.3 É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 10.8.4 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 10.9 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.9.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante melhor classificado.
- 10.10 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 10.11 Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.
- 10.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de seus recebimentos.
- 10.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estabelecido no subitem 10.2.1, sob pena de inabilitação.
- 10.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.2.1.
- 10.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.16 Quando a proposta mais vantajosa for ofertada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 10.17 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 10.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 10.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.
- 10.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DO RECURSO

- 11.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;
- 11.1.1 A **impugnação** deverá ser realizada por forma eletrônica, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema www.licitanet.com.br, de acordo com o art. 164 da Lei nº 14.133/2021;
- 11.1.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- 11.1.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;
- 11.2 Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema www.licitanet.com.br;
- 11.2.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e Anexos;
- 11.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4 Do Recurso- Qualquer licitante poderá, durante o prazo não inferior a 10 (dez) minutos concedido na sessão pública, de forma imediata após o término



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5 As razões do recurso deverão ser registradas em momento único em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados, se desejarem, a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.5.1 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6.1 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.8 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12 . DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

art. 43, §1º, da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.4 Os licitantes deverão ser convocados, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, para acompanhar a sessão reaberta;

12.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

13. DA ADJUDICAÇÃO

13.1 A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo(a) Pregoeiro(a) no final da sessão e registrada em ata, após recebidos os envelopes contendo a documentação e a nova proposta adequada ao valor dos lances ofertados, ou se for o caso, à nova planilha de preços. Em caso de recurso a adjudicação será procedida pela autoridade mencionada no item seguinte.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 A homologação, em favor da licitante adjudicatária nesta licitação, será feita pelo Desembargador Presidente deste Tribunal, após recebimento do processo concluído pelo(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, e após manifestação da Procuradoria Administrativa deste sodalício.

15. DA DESPESA

15.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados, registrados com o seguinte:

A) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02501 – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO PROGRAMA DE TRABALHO : 02.061.1010.5239 – MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNJURIS PLANO ORÇAMENTÁRIO : 896 – Poder Judiciário – 1º Grau 897 – Poder Judiciário – 2º Grau FONTE - 759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS 760 – RECURSOS DE EMOLUMENTOS, TAXAS E CUSTAS ELEMENTO DE DESPESA : 33.90-39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado mensalmente, em moeda corrente nacional, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados do atesto das notas fiscais



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

realizada pelo fiscal do contrato, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal eletrônica em formato normal/fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal contratual;
- b) Certidão Negativa de Débito/CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Receita Federal;
- c) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho; e
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.

16.2 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.

16.3 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem 16.1, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

17.1 Não haverá prestação de garantia para a presente contratação.

18. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

18.1 Os serviços objeto da presente contratação terão garantia conforme previsto no item 10.3 do Termo de Referência – Anexo V do Edital, **bem como em seus eventuais anexos e documentos complementares.**

19. DO PRAZO E CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 A Administração emitirá a(s) nota(s) de empenho especificando os serviços objeto deste instrumento pretendido e a(s) quantidade(s), entregando-a(s) ao(s) Fornecedor(es) ou remetendo-a(s) por *e-mail*.

19.2 Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/21, mediante recibo, os serviços objeto da presente licitação serão recebidos pelo Fiscal do contrato ou seu substituto legal:

19.2.1 Em se tratando de serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19.2.2 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.2.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.2.4 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

19.2.5 Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

19.2.6 Deverá ser observado o disposto no item 2.4 do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

20 . DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 Assinar o contrato, em até 10 (dez) dias úteis, a partir da convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa a ser contratada e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, conforme art. 155 e seguintes da Lei 14.133/21.

20.1.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.1.2 O não comparecimento no prazo da convocação para assinatura do contrato, salvo impedimento, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração, acarreta a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo da sanção prevista neste edital.

20.1.3 Nesse caso, é facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

20.2 Fornecer os serviços objeto deste instrumento em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso o fornecimento não seja feito dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita a multa.

20.3 Substituir o objeto deste instrumento em desacordo com a proposta ou com as especificações, ou que porventura seja fornecido com defeitos ou imperfeições.

20.4 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

20.5 A Contratada não será responsável:

20.5.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

20.5.2 Pelo uso inadequado do objeto deste instrumento por servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

20.6 O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a subcontratação dos serviços contratados, nos termos do item 15 do Termo de Referência-Anexo V ao Edital..

20.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

20.8 Cumprir fielmente as condições contidas neste edital e seus anexos em especial aos aspectos contidos no item 10 do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

21 . DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

21.1 O CONTRATANTE obriga-se, além das disposições previstas no item 12 do Termo de Referência – Anexo V do Edital, a:

a) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

b) Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto deste ajuste, inclusive permitir o livre acesso dos responsáveis do FORNECEDOR às dependências do CONTRATANTE, desde que devidamente identificados;

c) Atestar a execução do objeto do presente ajuste por meio do Fiscal;

d) Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR (CONTRATADA) de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste ajuste;

e) Aplicar as penalidades por descumprimento do objeto contratual;

f) Fiscalizar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Documentar as necessidades de alteração do Sistema e encaminhar para a Contratada;

h) Efetuar o recebimento e aceitação do objeto, consoante as disposições previstas no item 19 deste edital.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

i) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes.

22 . DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

22.1 A gestão e a fiscalização da presente contratação serão efetuadas conforme o estabelecido no Anexo I do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

23 . PENALIDADES

23.1 Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.2 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, **bem como o disposto nos arts. 137 e seguintes do Ato Normativo nº 19/2023 do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL)**, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23.3 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- 23.3.1 advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 23.3.2 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V, VII, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021;
- 23.3.3 multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VI da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;

- 23.3.4 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);
- 23.3.5 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato);
- 23.3.6 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 23.3.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 23.3.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
- 23.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando solicitada.
- 23.5 Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade da licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros.
- 23.5.1 A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico da licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio.
- 23.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

24 . DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES

- 24.1 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, a contar da sua assinatura, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como o item 13.1 do Termo de Referência– Anexo V do Edital.
- 24.2 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro período da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.
- 24.3 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.
- 24.4 A Contratada se obriga a aceitar as supressões em percentual maior do que o previsto no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021, caso advenham novas legislações que impliquem em redução dos custos financeiros da empresa, hipótese em que deverá ser comunicado diretamente à Contratante para assegurar o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- 24.5 As alterações deverão ser precedidas de instrução processual em que deverão constar, no mínimo:
- 24.5.1 A descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução; a descrição detalhada da proposta de alteração; a justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal; o detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato; e a ciência da contratada, por escrito, em relação às alterações propostas no caso de alteração unilateral ou a sua concordância para as situações de alteração por acordo das partes.
- 24.6 A alteração do regime de tributação da empresa vencedora no curso do contrato não ensejará, por si só, em pedido de reequilíbrio financeiro pela empresa.

25 . DO REAJUSTE E DA REVISÃO

- 25.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

- 25.2 Contudo, o preço consignado no contrato poderá ser reajustado, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela Contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimativo que embasou a licitação, na forma e data-base estabelecidas pela ANATEL, mediante a incidência do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).
- 25.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 25.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 25.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 25.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 25.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 25.8 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 25.9 Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:
- 25.9.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 25.9.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

26 . DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD

- 26.1 Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

27 . DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

27.1 Conforme item 2 do Anexo I do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

28 . DA SUBCONTRATAÇÃO

- 28.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal deste contrato, consistente na prestação de serviços de telefonia, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.
- 28.2 A eventual utilização de redes ou serviços de outras prestadoras de telefonia, necessária à viabilização de interconexão, roaming nacional e roaming internacional, constitui prática inerente ao setor de telecomunicações, não sendo possível delimitar previamente o nível de interação entre as operadoras, haja vista as variáveis envolvidas, tais como tecnologia empregada, localização geográfica, origem e destino das comunicações, entre outras. Para os fins deste contrato, tais hipóteses não caracterizam subcontratação.

- 28.3 Em qualquer hipótese de utilização de serviços de terceiros, permanece integral e exclusiva a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto contratual, competindo-lhe a supervisão, coordenação e gestão das atividades eventualmente envolvidas, bem como a responsabilidade perante a CONTRATANTE pelo fiel cumprimento de todas as obrigações pactuadas.
- 28.4 Será admitida a continuidade contratual em caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, desde que previamente autorizada pela Administração e observados os requisitos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à manutenção das condições de habilitação e à capacidade de cumprimento integral das obrigações contratuais.

29 . DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1 A participação nesta licitação implica a plena aceitação dos termos e condições deste EDITAL e seus ANEXOS, bem como das normas administrativas vigentes.
- 29.2 Os licitantes ao participarem do processo licitatório automaticamente autorizam o uso e o tratamento de seus dados pessoais, nos termos do art. 7º, II da Lei nº 13.709/2021.
- 29.3 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 29.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 29.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 29.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 29.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 29.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 29.10 O(s) licitante(s) fica obrigado a manter, durante a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 29.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site do Tribunal de Justiça (<https://www.tjal.jus.br/licitacao>) e no site www.licitanet.com.br.

Maceió, 11 de maio de 2026.

Kátia Maria Diniz Cassiano
Pregoeira

ANEXO I

Modelo de proposta

AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

REF: Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2026

Prezado Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no edital em referência, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais **concordamos plenamente**.

Nossa proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data prevista para entrega dela, sendo o preço ofertado firme e irrevogável durante sua validade.

Prazo de fornecimento: Conforme disposto no item 8.2 do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

Locais de execução dos serviços: conforme estabelece o Termo de Referência – Anexo V do Edital.

Prazo de garantia: Conforme disposto no item 10.3 do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

Informamos que estão inclusos nos preços ofertados todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outra (o)s que incidam sobre o objeto licitado, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

O valor global de nossa proposta é de R\$ _____, nos termos abaixo:



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

MODELO DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

PLANILHA DE VALORES ESTIMADOS PARA TELEFONIA FIXA

ANEXO IV do Termo de Referência

ITEM	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA		VALOR MENSAL		VALOR TO- TAL (12 MESES)	VALOR TO- TAL (60 MESES)
		QUANT.	UNID.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL		
01	Assinatura Entroncamento Digital E1 com 30 canais	11	Mensal				
02	Assinatura Fixas de ramais DDR-discagem Direta a Ramal em	30	Mensal				
03	Tráfego Local Fixo - Fixo	35.750	Minutos				
04	Tráfego LDN Fixo - Fixo	4.820	Minutos				
05	Tráfego LDN Fixo - Móvel- VC1	32.500	Minutos				
06	Tráfego LDN Fixo - Móvel-VC2	1.430	Minutos				
07	Tráfego LDN Fixo - Móvel-VC3	364	Minutos				
08	Tráfego LDI Fixo - Fixo-Países África	33	Minutos				
09	Tráfego LDI Fixo - Fixo-Países Américas	33	Minutos				
10	Tráfego LDI Fixo - Fixo-Países Ásia	33	Minutos				
11	Tráfego LDI Fixo - Fixo-Países Europa	33	Minutos				
12	Tráfego LDI Fixo - Fixo-Países Oceania	33	Minutos				
13	Tráfego LDI Fixo - Móvel-Países África	50	Minutos				
14	Tráfego LDI Fixo - Móvel-Países Américas	50	Minutos				
15	Tráfego LDI Fixo - Móvel-Países Ásia	50	Minutos				
16	Tráfego LDI Fixo - Móvel-Países Europa	50	Minutos				
17	Tráfego LDI Fixo - Móvel-Países Oceania	33	Minutos				
18	Taxa de Instalação de Entroncamentos Digital E1 com 30 canais	11	Unidade				
19	Taxa de Mudança de Endereço de Entroncamento Digital E1 com	01	Unidade				
(A) TOTAL ESTIMADO EM ASSINATURAS E TRÁFEGO (01 - 02)							
(B) TOTAL DAS TAXAS DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MUDANÇA DE ENDEREÇO (03 - 19)							
(C) TOTAL GERAL ESTIMADO ENTRONCAMENTOS = (A) + (B)							



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

1. A planilha deverá ser preenchida com o valor mensal estimado, o valor total correspondente à vigência inicial de 60 (sessenta) meses e, adicionalmente, o valor anual equivalente (12 meses), para fins de demonstração financeira e orçamentária.

ANEXO II

DECLARAÇÕES

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr (a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, sob as penas da Lei, **DECLARA:**

1. **QUE** atendo aos requisitos de Habilitação e respondo pela veracidade das informações prestadas;

2. **QUE** estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3. **QUE** cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (empresas a partir de 100 (cem) empregados);

4. **QUE** a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega;

5. **QUE** cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133/2021 (somente para licitantes organizados em cooperativas);

6. **QUE** até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação neste certame licitatório e que se encontra ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

7. **QUE** não possuo, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8. **QUE** cumpro do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos e

9. **QUE** não incido nas práticas de nepotismo vedadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça números 156, de 8 de agosto de 2012, e 7, de 18 de outubro de 2005, com as alterações promovidas pela Resolução nº 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

10. **QUE** obedeço aos critérios de sustentabilidade, conforme Resolução CNJ nº 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário e o Guia das contratações Sustentáveis do TJAL, nos termos da Portaria.

11. **QUE** autorizo o tratamento de meus dados pessoais pelo TJAL para fins de participação no presente Pregão Eletrônico e eventual contratação dele decorrente, nos termos da Lei n.º 13.709/2018.

(local / data e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III

PLANILHA DE DADOS DA EMPRESA

Dados da Empresa:

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
CEP	
Fones:	
Fax	
E-mail	
Site internet	

Dados do Representante da Empresa:

Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	
Cart. de Identidade	
Órgão Expedidor	
CPF	

Dados Bancários da Empresa

Banco	
Agência	
Conta	

Dados do Contato com a Empresa:

Nome	
Cargo	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO Nº _____/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA _____ E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, com sede na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 319, Centro, Maceió/AL, inscrito no CNPJ sob o nº 12.473.062/001-08, neste ato representado pelo **Exmº. Desembargador Presidente Fábio José Bittencourt Araújo**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua _____, doravante denominada **CONTRATADA** e aqui representada por _____, Sr(a). _____ resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e posteriores alterações, combinados com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no **Processo Administrativo SEI nº 26.0.000004624-7**, celebrado na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 009/2026** identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O objeto deste instrumento consiste na contratação de serviços contínuos de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com fornecimento de troncos digitais (PRI/E1) e troncos IP (SIP Trunk), incluindo portabilidade numérica, ativação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e monitoramento 24x7, com conversão assistida dos atuais entroncamentos E1 convertidos para SIP por meio de gateways, sem

descontinuidade do serviço e sem ônus adicional, conforme proposta anexa e nos termos do Edital PE nº 009/2026 e seus anexos.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 A Proposta do CONTRATADO;
- 1.2.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 . CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), conforme especificações constantes no Anexo I do Edital de PE nº 009/2026.

2.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

3 . CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

3.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados, registrados com o seguinte:

A) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02501 – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO PROGRAMA DE TRABALHO : 02.061.1010.5239 – MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNJURIS PLANO ORÇAMENTÁRIO : 896 – Poder Judiciário – 1º Grau 897 – Poder Judiciário – 2º Grau FONTE - 759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS 760 – RECURSOS DE EMOLUMENTOS, TAXAS E CUSTAS ELEMENTO DE DESPESA : 33.90-39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

3.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado mensalmente, em moeda corrente nacional, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados do atesto das notas fiscais realizada pelo fiscal do contrato, conforme Termo de Referência, anexo a este Contrato, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal eletrônica em formato normal/fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal contratual;
- b) Certidão Negativa de Débito/CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Receita Federal;
- c) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitido pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho; e
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.

4.2 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem 4.1, implicará na sua devolução à contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

4.3 Os comprovantes previstos nas alíneas “b” e “c” deverão referir-se ao mês anterior ao de competência da referida Nota Fiscal. No pagamento da última nota fiscal do Contrato, será analisada a documentação relativa ao último mês de prestação contratual.

4.4 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Termo;

4.5 Antes do pagamento, a contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento.

4.6 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.

4.7 A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no respectivo contrato com o Tribunal de Justiça de Alagoas.

4.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5 . CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6 . CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

6.1 A Administração emitirá a(s) nota(s) de empenho especificando os serviços objeto deste instrumento pretendido e a(s) quantidade(s), entregando-a(s) ao(s) Contratado(s) ou remetendo-a(s) por *e-mail*.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

6.2 Em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, os serviços objeto da presente contratação serão recebidos, mediante recibo, pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto legal, conforme estabelecido no Termo de Referência, que integra o presente Contrato como anexo.

6.2.1 Em se tratando de serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

6.3 Prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.4 Deverá ser observado o disposto no item 19 do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em todos os Anexos do Termo de Referência - Anexo V do Edital Pe nº 009/2026, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais especificados nos Anexos II e III do Termo de Referência – Anexo V do Edital;

7.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

7.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

7.1.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

7.1.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.5.3 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

7.1.5.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.1.7 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

7.1.8 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

7.1.9 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.1.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

7.1.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

7.1.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.14 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

7.1.15 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

7.1.16 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

7.1.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

7.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

7.1.19 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

7.1.20 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

7.1.21 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 O CONTRATANTE obriga-se, além das disposições previstas no item 21 do Termo de Referência – Anexo V do Edital, a:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

8.1.8 Cientificar a Consultoria Jurídica deste Tribunal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.1.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 . CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1 A gestão e a fiscalização da presente contratação serão efetuadas conforme o estabelecido no Termo de Referência – Anexo V do Edital.

10 . CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

10.2 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.3 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

10.3.1 advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.3.2 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V, VII, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021;

10.3.3 multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VI da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;

10.3.4 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);

10.3.5 multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato);

10.3.6 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.3.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como pelas infrações

administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

10.3.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

10.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando solicitada.

10.5 Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros.

10.5.1 A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo presente na *cláusula décima segunda* desta mesma minuta contratual.

11.2 O contrato será extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

11.3 A extinção do contrato não prejudicará a exigibilidade das obrigações já constituídas, nem produzirá efeito quanto às responsabilidades das partes por eventuais inadimplementos ocorridos durante sua execução.

11.4 Permanecerão em vigor, mesmo após a extinção do contrato, as obrigações que, por sua natureza ou por previsão expressa no instrumento contratual ou no Termo de Referência, devam subsistir, especialmente aquelas relacionadas à

confidencialidade, proteção de dados, garantias e responsabilidades, conforme estabelece o item 8.1 do anexo VI do Termo de Referência - Anexo V do Edital.

11.5 Aplicam-se à extinção contratual, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como do Ato Normativo nº 19/2023 do Tribunal de Justiça de Alagoas, especialmente em seus dispositivos pertinentes à matéria.

12 . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 O prazo de vigência da contratação é de 60(sessenta) meses, contados da sua assinatura, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como conforme o item 13 do Termo de Referência – Anexo V do Edital.

12.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

12.2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

12.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

12.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

12.2.4 Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

12.2.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

12.2.6 Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

12.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

12.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

12.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

12.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

13 . CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 . CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -DO REAJUSTE E DA REVISÃO



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

14.1 As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal deste contrato, consistente na prestação de serviços de telefonia, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 A eventual utilização de redes ou serviços de outras prestadoras de telefonia, necessária à viabilização de interconexão, roaming nacional e roaming internacional, constitui prática inerente ao setor de telecomunicações, não sendo possível delimitar previamente o nível de interação entre as operadoras, haja vista as variáveis envolvidas, tais como tecnologia empregada, localização geográfica, origem e destino das comunicações, entre outras. Para os fins deste contrato, tais hipóteses não caracterizam subcontratação.

15.3 Em qualquer hipótese de utilização de serviços de terceiros, permanece integral e exclusiva a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto contratual, competindo-lhe a supervisão, coordenação e gestão das atividades eventualmente envolvidas, bem como a responsabilidade perante a CONTRATANTE pelo fiel cumprimento de todas as obrigações pactuadas.

15.4 Será admitida a continuidade contratual em caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, desde que previamente autorizada pela Administração e observados os requisitos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à manutenção das condições de habilitação e à capacidade de cumprimento integral das obrigações contratuais.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da

apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

16.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que sejam aplicáveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário de Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 É competente o foro da Comarca de Maceió (AL), para dirimir quaisquer litígios oriundos deste instrumento contratual.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 O presente ajuste vincula-se ao instrumento convocatório e à proposta da Contratada.

20.2 A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

20.3 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

E, para firmeza e prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Maceió, _____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO**LEI 14.133/2021**

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	1/7

TERMO DE REFERÊNCIA – 2026**IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE**

Unidade Requisitante*:	DARAD	Processo*:	26.0.000004624-7
Servidor Requisitante*:	FÁBIO ZUAZO MAIA RIBEIRO	Mat. *:	93084

OBJETO: SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC)**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:****1. OBJETO:**

- 1.1. O presente termo de referências tem por objetivo a celebração de contrato de empresa especializada para prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com fornecimento de troncos digitais (PRI/E1) e troncos IP (SIP Trunk), incluindo portabilidade numérica, ativação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e monitoramento 24x7, com conversão assistida dos atuais entroncamentos E1 convertidos para SIP por meio de gateways, sem descontinuidade do serviço e sem ônus adicional, conforme especificações e quantidades deste Termo e Anexos.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

2. DETALHES DA EXECUÇÃO:

- 2.1. Conforme Anexo I deste termo de referências.

3. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO e FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- 3.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Valor Global nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2. A contratação ocorrerá mediante celebração de CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO, com vigência de 60 (sessenta) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a manutenção da sua vantajosidade, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA:

- 4.1. A participação na futura licitação para contratação dos serviços de telefonia fixa comutada (STFC), com fornecimento de troncos digitais (PRI/E1) e troncos IP (SIP Trunk), ficará condicionada ao atendimento, pelos interessados, dos requisitos mínimos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, nas normas de regência das telecomunicações e nas disposições deste Termo de Referência, sem prejuízo de detalhamento no edital e na minuta contratual.
- 4.2. Os critérios de habilitação a serem exigidos no edital, observada a legislação aplicável, compreenderão, no mínimo:

4.2.1. Habilitação jurídica:

- 4.2.1.1. Comprovação de existência jurídica do licitante, nos termos da legislação civil e comercial, mediante apresentação de:

I – registro comercial, no caso de empresário individual;

II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com a última alteração consolidada, devidamente

Processo	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	2/7

registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades empresárias, bem como documentos de eleição de seus administradores;

III – decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

IV – documentos que comprovem os poderes de representação do signatário da proposta e dos atos de habilitação, quando não constarem de forma clara dos atos constitutivos.

4.2.2. Regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e social:

I - documentos que comprovem que mantém situação regular perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como perante a Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente;

II - apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível, na forma da lei, evidenciando capacidade econômico-financeira compatível com o porte da contratação, admitida a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo, na forma a ser detalhada no Edital.

4.2.3. Qualificação técnico-operacional (outorga ANATEL e experiência em STFC):

I – comprovação de concessão, permissão ou autorização expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em vigor, habilitando o licitante à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades local, longa distância nacional e, quando for o caso, longa distância internacional, abrangendo a área geográfica de localização das unidades do TJAL;

II – comprovação de que a autorizada encontra-se em situação regular junto à ANATEL, mediante certidão, consulta ou outro documento oficial que ateste inexistência de impedimentos à prestação do serviço;

III – comprovação de cadastro ativo na entidade administradora da portabilidade numérica (ABR Telecom ou entidade que vier a substituí-la), apto a possibilitar a portabilidade dos recursos de numeração utilizados pelo TJAL;

IV – apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que demonstrem, de forma clara, que o licitante executou, com desempenho satisfatório, serviços de natureza compatível com o objeto desta contratação, contemplando, no mínimo:

a) prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, com chamadas locais e de longa distância, fixo-fixo e fixo-móvel;

b) utilização de entroncamentos digitais (E1/PRI) e/ou troncos IP (SIP Trunk) integrados a centrais PABX ou IP-PBX, com Discagem Direta a Ramal (DDR/DID);

c) atendimento a, pelo menos, **5 (cinco) canais simultâneos** (soma de canais E1/SIP) em ambiente com múltiplas unidades usuárias;

d) período mínimo de 12 (doze) meses de execução contratual, ainda que em mais de um contrato, comprovadamente em plena vigência e regular execução ou já concluídos com avaliação satisfatória.

4.2.4. Estrutura de suporte e atendimento:

I – declaração de que o licitante dispõe de estrutura de suporte técnico e operacional capaz de atender às demandas do TJAL, contemplando, no mínimo:

a) Central de Operações, NOC ou Service Desk com atendimento em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana para registro, acompanhamento e tratamento de incidentes de criticidade alta;

b) canais permanentes de comunicação com o TJAL (telefone 0800 ou equivalente, e-mail corporativo e,

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	P.DGPC.XX.XX	3/7

quando disponível, portal web para abertura e acompanhamento de chamados);

c) equipe técnica qualificada para atendimento remoto e presencial, com experiência comprovada em redes de telecomunicações, entroncamentos E1/PRI, SIP Trunk e integração com centrais PABX/IPPBX.

4.2.5. Declarações complementares (trabalho, integridade, LGPD):

I – declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos da Constituição Federal;

II – declaração de que não se encontra suspenso de licitar e contratar com o Poder Público, nem impedido ou declarado inidôneo por qualquer ente da Federação;

III – declaração de elaboração independente de proposta, nos termos de modelo que integrará o Edital;

IV – declaração de cumprimento da legislação anticorrupção, especialmente a Lei nº 12.846/2013, e de que se compromete a observar as políticas de integridade e ética do TJAL que venham a ser indicadas;

V – declaração de que cumpre a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e organizacionais necessárias à proteção dos dados pessoais tratados em razão da execução contratual, bem como a assinar o Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais (Anexo VI), como condição para a assinatura do contrato.

4.3. A proposta/amostra deverá ser analisada pelos servidores indicados a Fiscal Técnico de Contrato e Fiscal Técnico Substituto de Contrato, conforme consta no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, juntado ao processo administrativo de nº 2025-109935.

5.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual– PCA (2026) identificado pelo item de nº 093.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia de Compras Sustentáveis do TJAL e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.1.1. Toda documentação técnica necessária à instalação e operação dos produtos deve ser disponibilizada em língua portuguesa do Brasil, podendo ser em meio físico ou digital.

6.1.2. Os produtos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize equipamentos recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.1.3. As contratações de TIC devem observar em todas as fases do procedimento licitatório, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto a responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

6.1.4. Nenhum dos produtos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada, documento do fabricante ou ainda através de certificação EPEAT, desde que claramente especificado. Tal exigência é necessária para comprovar que o equipamento atinge as necessidades de controle de impacto ambiental em seu processo de fabricação. Tal comprovação pode ser através do manual do produto ou documentação contida em site do fabricante do produto.

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	4/7

6.1.5. Os equipamentos devem estar aderentes à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7. CRONOGRAMA DE SERVIÇO:

7.1. A prestação do serviço será continuada e ininterrupta durante a vigência da contratação.

MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8. ORDEM E PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1. A ordem de execução será emitida pelo Gestor do Contrato e enviada juntamente com a respectiva nota de empenho ao e-mail informado pela CONTRATADA;

8.2. A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para concluir todos os serviços necessários ao bom funcionamento do STFC do TJAL.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, ou seu respectivo substituto, conforme (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput) e Atos Normativos do TJAL nº 19/2023 e nº 20/2023.

10. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

10.1. Caberá à CONTRATADA:

10.1.1. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas conforme o Acordo de Nível de Serviço - ANS, a contar da solicitação, salvo ocorrência por força maior;

10.1.2. Responder pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração do Tribunal de Justiça de Alagoas ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução ou inexecução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas;

10.1.3. Comunicar ao fiscal/gestor do contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

10.1.4. Arcar com o pagamento das obrigações trabalhistas, comerciais, previdenciárias e tributárias decorrentes da contratação, sendo que o pessoal colocado à disposição dos serviços é de sua inteira responsabilidade, não cabendo transferi-la, em hipótese alguma, ao Tribunal de Justiça de Alagoas;

10.1.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificações técnicas exigidas pelo CONTRATANTE;

10.1.6. Apresentar faturas correspondentes aos valores contratados;

10.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações e prazos avençados neste documento, conforme Anexo II deste termo de referências, caso contrário cabe a CONTRATANTE suspender imediatamente este contrato, a seu critério, independente de interpelação, administrativa ou judicial, por parte do CONTRATANTE, sendo que qualquer dano causado ao aprendiz será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	5/7

10.3. GARANTIA DOS SERVIÇOS:

10.3.1. Os serviços executados deverão ter garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento definitivo, abrangendo falhas de execução, vícios do serviço, defeitos decorrentes da intervenção realizada e necessidade de refazimento relacionada ao objeto executado.

10.3.2. A garantia poderá ser acionada mediante comunicação formal da Administração, acompanhada da identificação do equipamento e da irregularidade constatada, devendo o credenciado realizar a avaliação e as correções necessárias, sem ônus adicional, no prazo fixado pela unidade demandante, ressalvadas as hipóteses de mau uso, dano por terceiro ou fato superveniente sem nexo com o serviço prestado, devidamente justificados por escrito.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A classificação das infrações cometidas pela Contratada bem como as sanções administrativas aplicáveis a cada caso obedecerão ao disposto nos artigos 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais legislações aplicáveis.

12. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor que será designado como Fiscal;

12.2. Efetuar o pagamento conforme cláusula 17 desde termo de referências;

12.3. Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes.

13. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

13.1. O Contrato de Serviço continuado terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a manutenção da sua vantajosidade, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

14. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

14.1. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme arts. 125 e 126 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O preço consignado no contrato poderá ser reajustado, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela Contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data de apresentação do orçamento estimativo que embasou a licitação, na forma e data-base estabelecidas pela ANATEL, mediante a incidência do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).

15. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

15.1. Não será permitida a subcontratação de serviços de telefonia objeto deste Termo de Referência.

15.2. A utilização de serviços de outras empresas de telefonia visando atender demandas de interconexão, roaming nacional e roaming internacional é algo inerente ao modelo de mercado, não sendo possível definir qual o nível de interação entre as empresas, pois envolve muitas variáveis, dependendo da operadora, local, tecnologia utilizada, origem e destino da conexão, localização e particularidades do órgão CONTRATANTE, dentre outras. Para fins da presente licitação, o uso desses serviços não será entendido como subcontratação.

15.3. Em qualquer hipótese de uso de serviços de terceiros permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades das demais empresas, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.4. A manutenção do contrato com empresas em processo de fusão, cisão ou incorporação será permitida

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	6/7

desde que aprovada pelo órgão gestor da ata de registro de preços/contratos e que as empresas envolvidas apresentem e mantenham documentação habilitatória regular e plena condição de atendimento às necessidades técnicas e de documentação exigidas neste edital.

16. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

16.1. Será permitida a participação de empresas em consórcio, integrado por no máximo 03 (três) empresas, atendendo as seguintes condições:

16.1.1. Apresentação dos documentos exigidos neste termo, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

16.1.2. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente licitação;

16.1.3. A empresa líder deverá ter participação mínima de 51% (cinquenta e um por cento) no consórcio;

16.1.4. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;

16.1.5. Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio;

16.1.6. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

16.1.7. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato referente a esta licitação, o instrumento de constituição do consórcio, aprovado por quem tenha competência para assumir compromisso em nome de cada uma das empresas, observando DNRC Nº 74 DE 28.12.1998, e registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Termo e do Edital de Licitação;

16.1.8. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação;

16.1.9. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização do Contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;

16.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR

16.2.1. Em caso de Consórcio, os licitantes, além das disposições contidas no edital sobre a Qualificação Técnica e Operacional, deverão apresentar a Outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para serviços de telefonia fixa para o Estado de Alagoas e para os estados onde se situam os órgãos participantes.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1. A dotação orçamentária será informada em momento posterior pela Unidade Financeira do TJAL.

18. RESERVA ORÇAMENTÁRIA E NOTA DE EMPENHO:

18.1. Deverá ser realizada reserva orçamentária proporcional à despesa estimada para o exercício financeiro e emitida nota de empenho equivalente, concomitante à assinatura do contrato.

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	7/7

19. PAGAMENTO:

- 19.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados do atesto das notas fiscais realizado pelo fiscal do contrato.

20. ANEXOS.

- 20.1. **ANEXO I – DETALHES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO;**
20.2. **ANEXO II – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTRONCAMENTOS DIGITAIS;**
20.3. **ANEXO III – FAIXAS DE RAMAIS DDR;**
20.4. **ANEXO IV – QUADRO DE RESUMO DOS CUSTOS ESTIMADOS – (MODELO DE PROPOSTA);**
20.5. **ANEXO V – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS;**
20.6. **ANEXO VI - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.**
20.7. **ANEXO VII - RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – RIPD.**

21. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 21.1. Será necessária a designação de um gestor de contratos e um gestor de contratos substituto lotados no Departamento de Gestão de Contratos - DGC;
- 21.2. Será necessária a designação de fiscal de contratos e fiscal de contratos substituto, lotados na unidade requisitante, conforme consta em Documento de Formalização de Demanda (DFD).

Maceió, 4 de maio de 2026.

**GILSON ANDRADE DO
NASCIMENTO:93046**

Assinado de forma digital por
GILSON ANDRADE DO
NASCIMENTO:93046
Dados: 2026.05.04 14:19:56 -03'00'

Assinatura

Processo

Gestão e Planejamento de Contratos

Código

P.DGPC.XX.XX

Folha nº

1/7

ANEXO I – DETALHES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

1.1. Fazem parte do presente Termo de Referência os seguintes serviços:

- a) Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional;

1.2. Forma de cessão dos Equipamentos:

1.2.1. Todos os recursos de conectividade, tais como, modem, conversores e outros ativos correlatos, necessários à prestação dos serviços serão de responsabilidade da Contratada e deverão ser substituídos conforme o Acordo de Nível de Serviço, em caso de falhas, sem custo adicional, salvo nos seguintes casos:

- a) Caso fortuito ou força maior desde que devidamente comprovado pelo usuário e o órgão fiscalizador do contrato;
- b) Operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos não fornecidos pela licitante;
- c) Falha de equipamento sob a responsabilidade da Contratante;
- d) Falha na infraestrutura da Contratante.

1.2.2. Na hipótese de extravio, perda ou roubo de recursos de conectividade descritos no subitem 1.2.1, a CONTRATADA deverá repor o recurso num prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a pedido do Fiscal Técnico do Contrato, e inserir o valor dele na próxima fatura da respectiva linha telefônica, com vistas ao ressarcimento por parte da CONTRATANTE, conforme o caso.

- a) Alternativamente à inclusão do valor em fatura para ressarcimento, o Fiscal do Contrato poderá optar para que a CONTRATANTE restitua o bem, de mesma marca e modelo, à CONTRATADA.
- b) Nos casos mencionados no subitem anterior, o valor do recurso deverá ser estabelecido com base no preço de mercado, confrontado com, pelo menos, mais 2 (dois) orçamentos, sendo aceita pesquisa em sítios especializados, e previamente aprovado pela CONTRATANTE.

2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**2.1. DEFINIÇÕES IMPORTANTES:**

- a) **Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL**, com sede no Distrito Federal, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações;
- b) **Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC**: Serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;
- c) **Central Telefônica Virtual**: Serviço de ativação de ramais fixos, ofertado por empresa prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado, em localidades diversas, de modo que operem como integrantes de uma única Central Privada de Comutação Telefônica – CPCT, preservando, inclusive, suas facilidades de programação e operação com o estabelecimento de ligações mediante a digitação dos quatro últimos dígitos de uma determinada linha telefônica (ramal virtual);
- d) **Área Local**: Área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade local;
- e) **Telefonia Local**: Serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma Área Local;

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	P.DGPC.XX.XX	2/7

- f) **Área de tarifação básica – ATB:** Parte da área local dentro da qual o serviço é prestado ao assinante, em contrapartida aos serviços ou preços do plano de serviços de sua escolha, sem valores adicionais para atendimento;
- g) **Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado:** Empresa outorgada ou autorizada a prestar serviço telefônico fixo comutado nas modalidades local, nacional ou internacional;
- h) **Perfil de Tráfego:** Quantitativo médio mensal estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;
- i) **Distância Geodésica:** É a menor distância entre dois pontos possível de ser percorrida por um móvel. Por exemplo, a menor distância entre o Brasil e o Japão é uma linha reta, porém um avião não pode fazer este percurso, pois a superfície da Terra é redonda, então o menor percurso possível de ser realizado é uma curva chamada geodésica;
- j) **Código de Área:** Identificação de uma área de numeração fechada da rede pública de telecomunicações ou de um acesso a um serviço com abrangência nacional, cujo formato é (AB). Exemplo: Estado de Sergipe – 79, Estado de Alagoas – 82, Estado da Bahia – 71;
- k) **Valor de Comunicação – VC:** Tarifas para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado;
- l) **Valor de Comunicação 1 – VC-1:** Considera-se VC-1 as chamadas que envolvam um terminal SMP (originando, recebendo ou ambos) no qual tanto chamador como receptor possuam o mesmo código de área;
- m) **Valor de Comunicação 2 VC-2:** Considera-se VC-2 as chamadas que envolvam um terminal SMP (originando, recebendo ou ambos) no qual tanto chamador como receptor possuam a mesma área de mobilidade, nos termos definidos pela ANATEL;
- n) **Valor de Comunicação 3 VC-3:** Considera-se VC-3 as chamadas que envolvam um terminal SMP (originando, recebendo ou ambos) no qual chamador e receptor possuam áreas de mobilidade distintas, nos termos definidos pela ANATEL;
- o) **Índice de Serviços de Telecomunicações – IST:** Índice normatizado pela Resolução nº 532, de 03 de agosto de 2009 (DOU de 05/08/2009), da ANATEL, para ser aplicado no reajuste e atualização de valores associados à prestação de serviços de telecomunicações.

2.2. REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS DA REDE DE VOZ – O TJAL necessita contratar uma comunicação ágil, moderna e de baixo custo. Com esse objetivo, lança concorrência para os serviços de STFC, conforme características abaixo.

2.2.1. A seguir são descritos os serviços que farão parte da rede de voz:

2.2.1.1. **ENTRONCAMENTOS DIGITAIS:** correspondem a acessos ao STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) através de circuitos de feixe de canais PRI/E1 (ISDN) com sinalização R12 Digital, contendo circuitos com 30 canais, entrega em par/fibra com NT quando aplicável, para compatibilidade com PABX legado, nos quantitativos e configuração conforme o Anexo II deste termo de referências;

2.2.1.2. **FAIXAS DE RAMAIS DDR:** Juntamente aos entroncamentos digitais deverão ser fornecidas faixas de ramais DDR – Discagem Direta a Ramal em módulos e mantidos os entroncamentos digitais existentes, conforme Anexo III deste termo de referências.

2.2.1.2.1. A contratada deverá assegurar que todas as chamadas originadas a partir dos troncos, acessos, entroncamentos e demais recursos de telefonia fornecidos no âmbito da presente contratação sejam devidamente apresentadas com a correta identificação do número de origem, correspondente à numeração oficial atribuída ao CONTRATANTE, inclusive números associados à faixa de Discagem Direta a Ramal (DDR), quando aplicável, vedada a supressão, omissão,

Processo	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	3/7

maskamento indevido ou apresentação incorreta do identificador de chamadas, salvo nas hipóteses legal ou tecnicamente justificadas e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE.

2.2.1.3. **INTEGRAÇÃO ENTRE ENTRONCAMENTOS DIGITAIS:** Os entroncamentos digitais poderão ser integrados entre si, ou seja, permitir ligação sem tarifação entre os ramais associados aos Entroncamentos Digitais e que estejam vinculadas ao CNPJ do órgão Contratante, uma vez que todos farão parte do mesmo grupo, podendo utilizar ou não discagem abreviada, a depender dos recursos do PABX fornecido pela Contratante;

2.2.1.4. **LIGAÇÕES LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL** que não se enquadrem nas exigências nos Entroncamentos Digitais e terminadas nos demais terminais fixos do órgão contratante e dos demais assinantes serão tarifadas conforme proposta vencedora da licitação.

2.2.1.5. **TERMINAIS FIXOS INDIVIDUAIS ESPECIAIS:** Correspondem a linhas analógicas individuais com características técnicas de PABX virtual que deverão ser fornecidas pela Contratada.

2.2.1.5.1. Os terminais Fixos Individuais especiais devem possuir as seguintes características mínimas:

- a) Cada terminal deverá funcionar como linha direta, dispor da facilidade de discagem direta a ramal – DDR, com acessibilidade plena, permitindo que todos os ramais recebam ou façam ligações simultaneamente;
- b) Todos os Terminais Fixos Individuais Especiais poderão estar integrados entre si. Entende-se por integração a ligação sem tarifação entre Terminais Fixos Individuais Especiais, devendo todos os terminais estar vinculados ao CNPJ do órgão Contratante, uma vez que todos farão parte do mesmo grupo, podendo utilizar ou não discagem abreviada;
- c) Ligações Locais e de Longa Distância Nacional que não se enquadram nas exigências do item anterior que sejam originadas nos Terminais Fixos Individuais Especiais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis do órgão Contratante e dos demais assinantes serão tarifadas conforme proposta vencedora da licitação;
- d) Deverá ser proporcionada programação de bloqueio seletivo de chamadas, permitindo que todos os terminais possam ser programados individualmente permitindo ou não que eles realizem ligações locais para telefones fixos e móveis de fora do grupo, assim como ligações de Longa Distância Nacionais e Internacionais;

1. Estes terminais deverão possuir as seguintes facilidades, sem custo adicional:

2. Captura de chamadas;
3. Bloqueios de chamadas originadas;
4. Chamada em espera;
5. DDR – Discagem Direta a Ramal;
6. Linha direta;
7. Cadeado eletrônico;
8. Caixa Postal;
9. Siga-me;
10. Conferência a três;
11. Consulta;
12. Busca automática;
13. Transferência;

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	P.DGPC.XX.XX	4/7

14. Transferência programada em caso de linha ocupada;

15. Transferência programada em caso de não atendimento;

16. Identificador de chamadas.

e) Deverá ser possível existir acréscimo de Terminais Fixos Individuais Especiais, de acordo com a demanda solicitada formalmente pelo gestor do contrato, sob as mesmas regras de nível de serviço e tarifação;

f) **A operadora deverá oferecer a tarifação por ramal, bem como, a identificação dos ramais nas chamadas de saída, e não do número chave.**

2.2.1.6. **TERMINAIS FIXOS INDIVIDUAIS CONVENCIONAIS:** Correspondem a linhas analógicas individuais que deverão ser fornecidas pela Contratada ao Contratante.

2.2.1.6.1. Os Terminais Individuais Convencionais devem possuir as seguintes características mínimas:

a) Estas linhas visam a interligação de usuários individuais à rede pública de telefonia;

b) Ligações Locais e de Longa Distância Nacional e Internacionais originadas nos Terminais Fixos Individuais Convencionais e terminadas nos demais terminais fixos e móveis do órgão Contratante e dos demais assinantes serão tarifadas conforme preços da proposta vencedora.

2.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS SERVIÇOS

2.3.1. As ligações entre os terminais que estejam vinculados ao CNPJ do órgão Contratante não devem possuir limite de minutagem, por terminal ou em consideração à totalidade de cada tipo de terminal.

2.3.2. Elementos de custo como adequações na rede da CONTRATADA, não serão discriminados na Planilha de formação de Preços, pois constituem insumos inerentes à prestação do serviço.

2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO DO OBJETO

2.4.1. Os serviços serão executados de forma indireta sob o regime de empreitada por preço unitário, sob demanda.

2.4.2. O Cronograma de Execução será definido em comum acordo com a licitante vencedora.

2.4.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, quando da apresentação do documento fiscal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta pelo Fiscal Técnico.

2.4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal técnico do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

2.4.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

2.4.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

2.5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.5.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

2.5.1.1. As solicitações relativas aos serviços de voz deverão, obrigatoriamente, obedecer à prática do

Processo

Gestão e Planejamento de Contratos

Código

P.DGPC.XX.XX

Folha nº

5/7

mercado, ou seja, serem atendidas com observância aos prazos regulatórios definidos pela ANATEL.

2.5.1.2. Prazos máximos de ativação dos serviços (Acordo de Nível de Serviço - ANS):

Solicitação	Prazo máximo
Ativação de Terminais Individuais	15 dias
Ativação e/ou Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais Especiais	60 dias
Ativação e/ou Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais Convencionais	60 dias
Ativação e/ou Mudança de Endereço de Terminais Fixos individuais Convencionais (Temporários)	03 dias
Programação de Terminais Individuais Especiais	05 dias
Programação de Terminais Fixos individuais Convencionais	05 dias
Programação de Terminais Fixos Individuais Convencionais (Temporários)	05 dias
Bloqueio de Terminais Fixos Individuais Especiais	24 horas
Bloqueio de Terminais Fixos Individuais Convencionais	24 horas
Bloqueio de Terminais Fixos individuais Convencionais (Temporários)	24 horas

2.5.1.3. Prazos máximos de conclusão dos reparos:

Solicitação	Prazo máximo
Reparo de Terminais Fixos Individuais Especiais	24 horas
Reparo de Terminais Fixos individuais Convencionais	24 horas
Reparo de Terminais Fixos individuais Convencionais (Temporários)	24 horas

2.5.1.4. Os prazos serão contados a partir do recebimento pela Contratada do comunicado oficial emitido pelo Fiscal Técnico do Contrato, através de e-mail ou outra forma que venha a ser convencionada entre as partes.

2.5.1.5. As eventuais mudanças de endereço de ramais fixos dentro da Área de tarifação Básica (ATB) deverão ser executadas pelo fornecedor do serviço, compreendendo inclusive os serviços de rede externa eventualmente necessários.

2.5.1.6. A ativação de terminais fixos individuais convencionais temporários, destinados a atender os eventos patrocinados pelo TJAL (mutirões e outros), ocorrerão por conta da CONTRATADA em todo Estado de Alagoas, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverá ser solicitada até 72h (setenta e duas horas), antes da realização do evento.

2.6. CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

2.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas denominados Gestor e Fiscal do contrato, permitida a assistência de terceiros;

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	P.DGPC.XX.XX	6/7

2.6.2.A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

2.6.2.1. Para garantir maior racionalização e objetividade à execução do contrato de prestação do serviço de comunicação a Contratada deverá indicar, oficialmente, no ato da assinatura do contrato, profissional para atuar como Preposto.

2.6.2.2. O Fiscal Técnico do Contrato e o Preposto ficarão responsáveis pelas atividades de planejamento, coordenação e controle da execução de todo o projeto, além do acompanhamento do cumprimento dos prazos e metas estabelecidos, além da aprovação das faturas relativas à prestação dos serviços.

2.6.3.Ao Fiscal Técnico do Contrato nomeado pelo TJAL caberá, entre outras atribuições:

- a) Zelar para que as atividades a cargo do órgão Contratante sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos;
- b) Acompanhar execução dos serviços a cargo da Contratada, permitindo, sempre que informado previamente, o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais por ela subcontratados, às instalações das unidades da Contratante, de modo a possibilitar a execução das implantações, ampliações e manutenções preventivas, a fim de fazer cumprir o objeto licitado;
- c) Zelar para que os serviços de manutenções corretivas sejam executados dentro dos prazos contratuais, com os respectivos registros dos códigos de abertura dos chamados, que garantirão o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais terceirizados pela Contratada, às instalações das unidades do órgão Contratante;
- d) Zelar para que os profissionais alocados pela Contratada para prestação dos serviços só tenham acesso às dependências das unidades do órgão Contratante mediante apresentação de cartões de identificação profissional com fotografia e número de identidade;
- e) Manter registro das atividades relacionadas ao desenvolvimento do contrato;
- f) Agendar reuniões periódicas com a Contratada para avaliação dos serviços prestados, recomendar alternativas de soluções para os problemas detectados, apontando eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços e solicitando imediata correção, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em contrato;
- g) Conferir pormenorizadamente os valores cobrados nas faturas emitidas pela Contratada.

2.6.4.À Contratada, através do Preposto do Contrato, por ela nomeado, caberá, entre outras responsabilidades:

- a) Assegurar o sigilo sobre as informações relativas ao órgão Contratante;
- b) Zelar para que as atividades a cargo da Contratada sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos;
- c) Assegurar a capacitação necessária das equipes responsáveis pela realização dos trabalhos;
- d) Acompanhar a execução dos serviços, solicitando, quando necessário, o acesso de seus técnicos, bem como dos profissionais subcontratados, às instalações das unidades do órgão Contratante, de modo a possibilitar a execução das implantações, ampliações e manutenção preventiva, a fim de fazer cumprir o objeto licitado;
- e) Zelar para que os serviços de manutenção corretiva sejam executados dentro dos prazos contratuais, mediante registros dos códigos de abertura dos chamados que garantirão o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais terceirizados pela Contratada, às instalações das unidades do órgão Contratante;

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	P.DGPC.XX.XX	7/7

- f) Zelar pela permanente manutenção dos equipamentos que compõem o objeto do contrato, garantindo boas condições de funcionamento, providenciando todos os ajustes, reparos e substituições de peças que façam necessárias, durante o período contratual;
- g) Garantir que nas substituições de equipamentos em operação, em caso de defeitos, os novos equipamentos operem com qualidade igual ou superior, pelo tempo necessário até a devolução do original, excetuando-se os casos previstos na cláusula anterior;
- h) Zelar para que a remoção de quaisquer equipamentos em operação, quando necessária, seja comunicada previamente ao Fiscal do Contrato nomeado pelo órgão Contratante, bem como os motivos da retirada, a previsão de retorno e a devolução para os locais de origem;
- i) Garantir que todos os profissionais alocados para prestação de serviço nas dependências do órgão Contratante apresentem cartões de identificação profissional com fotografia e número de identidade, para que tenham acesso controlado;
- j) Providenciar imediata substituição, ante a expressa manifestação escrita do Fiscal do Contrato nomeado pelo órgão Contratante, de quaisquer de seus profissionais encarregados da execução dos serviços, que não corresponderem aos princípios éticos e morais nas suas dependências;
- k) Garantir que todas as atividades sejam realizadas dentro dos padrões de qualidade, segurança, observando os requisitos da medicina do trabalho e prevenção contra incêndios;
- l) Manter registro das atividades relacionadas ao desenvolvimento do contrato;
- m) Participar de reuniões periódicas com o Contratante para avaliação dos serviços prestados, apresentando soluções para os problemas detectados, adotando providências no sentido de superar eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços.

2.6.5.A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados abaixo:

- 2.6.5.1. CONTROLE DE GASTOS: a CONTRATADA deverá disponibilizar um Portal Web, de acesso via Internet, que permitirá à CONTRATANTE efetuar a gestão e controle de todas as linhas contratadas.
- 2.6.5.2. O fiscal técnico do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar ao Gestor do Contrato para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais;
- 2.6.5.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 2.6.5.4. O fiscal técnico anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao Gestor do Contrato para as providências cabíveis;
- 2.6.5.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos;
- 2.6.5.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

LEI 14.133/2021

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	8/7

e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

Processo

Gestão e Planejamento de Contratos

Código

P.DGPC.XX.XX

Folha nº

1/1

ANEXO II – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTRONCAMENTOS DIGITAIS

CIDADE	LOCAL	PABX	FABRICANT	ENTRONCAMENT
MACEIÓ	TJ Sede	OXI	Alcatel	2 E1
MACEIÓ	Rodoviária	ISION	Leucotron	1 E1
MACEIÓ	Rodoviária	ISION	Leucotron	1 E1
MACEIÓ	Fórum Barro	ISION	Leucotron	2 E1
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	Fórum	ACTIV	Leucotron	1 E1
ARAPIRACA	Fórum	ISION	Leucotron	1 E1
SÃO LUIZ DO	Fórum	ISION	Leucotron	1 E1
PALMEIRA DOS INDIOS	Fórum	ISION	Leucotron	1 E1
PENEDO	Fórum	ISION	Leucotron	1 E1
TOTAL DE ENTRONCAMENTOS DIGITAIS E1				11

1. A CONTRATADA deverá fornecer os gateways para possibilitar a comunicação com os equipamentos da CONTRATANTE, sem custos adicionais.
2. O quantitativo informado representa os entroncamentos que hoje já existem no TJAL por meio do atual contrato de telefonia fixa. Esse quantitativo poderá variar, no momento da execução do novo contrato, conforme as melhorias e otimizações realizadas pelo órgão no seu sistema de telefonia.
3. Em caso de falta de disponibilidade de fornecimento de entroncamentos E1 nas localidades previstas no ANEXO III deste termo de referências, o licitante poderá oferecer opções em outras cidades da região onde haja cobertura do serviço. A viabilidade do aceite será analisada pela equipe técnica do TJAL.
4. A CONTRATANTE não será obrigada a instalar todos 11 entroncamentos estimados caso não haja demanda para tal, devendo a CONTRATADA faturar somente os entroncamentos efetivamente instalados.

Processo

Gestão e Planejamento de Contratos

Código

P.DGPC.XX.XX

Folha nº

1/1

ANEXO III – FAIXAS DE RAMAIS DDR

CAPACIDADE DOS LINKS

Nº DE JUNTOS	Nº DE DDR'S	FAIXA DDR	LOCAL	NÚMEROS CHAVES
60	500	3000 até 3349 / 3400 até 3499 / 3950 até 3999	TJ AL SEDE	4009-3100
30	50	5350 ATÉ 5399	ESMAL	2126-5399
60	400	3500 ATÉ 3899	FÓRUM DA CAPITAL	4009-3500
30	50	9650 ATÉ 9699	2o. E 4o. JECC	2126-9666
30	150	9800 ATÉ 9849 / 9850 ATÉ 9949	6o. JECC – T. RODOVIÁRIA	2126-9800
30	50	4950 ATÉ 4999	9o. JECC - CESMAC	2126-4950
30	50	5300 ATÉ 5349	12o. JECC (SMTT)	2126-5300
30	50	4700 ATÉ 4749	JUIZ.INF.JUVENTUDE	2126-4700
30	100	9500 ATÉ 9599	FÓRUM ARAPIRACA	3482-9500
30	50	0200 ATÉ 0249	FÓRUM S. M. CAMPOS	3211-0200
30	50	9250 ATÉ 9299	PALMEIRA DOS INDIOS	3429-9250
30	50	9350 ATÉ 9399	PENEDO	3551-9350
30	50	2400 ATÉ 2450	SÃO LUIZ DO QUITUNDE	3254-2400

- Os locais e quantitativos acima são estimados e poderão variar no momento do início da execução do contrato;
- A CONTRATADA deverá realizar a portabilidade de todos os números existentes, conforme orientação da fiscalização do contrato.
- A contratada deverá assegurar que todas as chamadas originadas a partir dos troncos, acessos, entroncamentos e demais recursos de telefonia fornecidos no âmbito da presente contratação sejam devidamente apresentadas com a correta identificação do número de origem, correspondente à numeração oficial atribuída ao CONTRATANTE, inclusive números associados à faixa de **Discagem Direta a Ramal (DDR)**, quando aplicável, vedada a supressão, omissão, mascaramento indevido ou apresentação incorreta do identificador de chamadas, salvo nas hipóteses legal ou tecnicamente justificadas e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE.

TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

LEI 14.133/2021

Processo

Gestão e Planejamento de Contratos

Código

Folha nº

P.DGPC.XX.XX


1/1

ANEXO IV – QUADRO DE RESUMO DOS CUSTOS ESTIMADOS – (MODELO DE PROPOSTA)

PLANILHA DE VALORES ESTIMADOS PARA TELEFONIA FIXA -

ITEM	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA		VALOR ESTIMADO MENSAL		VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)	VALOR TOTAL ESTIMADO (60 MESES)
		QUANT.	UNID.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL		
01	Assinatura Entroncamento Digital E1 com 30 canais	11	Mensal				
02	Assinatura Fixas de ramais DDR–discagem Direta a Ramal em	30	Mensal				
03	Tráfego Local Fixo - Fixo	35.750	Minutos				
04	Tráfego LDN Fixo - Fixo	4.820	Minutos				
05	Tráfego LDN Fixo - Móvel– VC1	32.500	Minutos				
06	Tráfego LDN Fixo - Móvel–VC2	1.430	Minutos				
07	Tráfego LDN Fixo - Móvel–VC3	364	Minutos				
08	Tráfego LDI Fixo - Fixo–Países África	33	Minutos				
09	Tráfego LDI Fixo - Fixo–Países Américas	33	Minutos				
10	Tráfego LDI Fixo - Fixo–Países Ásia	33	Minutos				
11	Tráfego LDI Fixo - Fixo–Países Europa	33	Minutos				
12	Tráfego LDI Fixo - Fixo–Países Oceania	33	Minutos				
13	Tráfego LDI Fixo - Móvel–Países África	50	Minutos				
14	Tráfego LDI Fixo - Móvel–Países Américas	50	Minutos				
15	Tráfego LDI Fixo - Móvel–Países Ásia	50	Minutos				
16	Tráfego LDI Fixo - Móvel–Países Europa	50	Minutos				
17	Tráfego LDI Fixo - Móvel–Países Oceania	33	Minutos				
18	Taxa de Instalação de Entroncamentos Digital E1 com 30 canais	11	Unidade				
19	Taxa de Mudança de Endereço de Entroncamento Digital E1 com	01	Unidade				
(A) TOTAL ESTIMADO EM ASSINATURAS E TRÁFEGO (01 – 02)							
(B) TOTAL DAS TAXAS DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MUDANÇA DE ENDEREÇO (03 – 19)							
(C) TOTAL GERAL ESTIMADO ENTRONCAMENTOS = (A) + (B)							

1. A CONTRATADA somente poderá faturar os equipamentos efetivamente instalados e os serviços de fato utilizados mensalmente.
2. As quantidades apresentadas são estimativas para formulação da proposta, podendo variar, para mais ou para menos, durante a execução do contrato.
3. A CONTRATADA não fornecerá aparelhos eletrônicos (centrais ou aparelhos telefônicos), exceto os gateways para conversão dos entroncamentos, conforme consta neste TR.

 PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS	TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO LEI 14.133/2021	
Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	1/8

ANEXO V – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

1. DO OBJETO E DA ABRANGÊNCIA

1.1. O presente Acordo de Nível de Serviço – ANS tem por objetivo estabelecer os parâmetros mínimos de desempenho, indicadores e metas de qualidade a serem observados na prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, bem como na disponibilização e manutenção dos entroncamentos digitais (PRI/E1), troncos IP (SIP Trunk), terminais fixos individuais convencionais e especiais, recursos de conectividade e demais facilidades previstas neste Termo de Referência.

1.2. As disposições deste ANS complementam o Termo de Referência, prevalecendo, em caso de divergência, as regras mais restritivas e benéficas ao interesse público, respeitada a legislação aplicável.

1.3. O cumprimento das metas estabelecidas neste ANS não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução contratual, nem limita a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, nos Atos Normativos internos do TJAL e neste Termo de Referência.

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para fins deste ANS, aplicam-se, além das definições constantes do Termo de Referência, as seguintes:

I – **Chamado de suporte**: registro formal de ocorrência, falha, indisponibilidade ou solicitação técnica, efetuado pelo Fiscal Técnico do Contrato ou por quem este indicar, por meio de e-mail, sistema próprio ou outro canal oficialmente pactuado com a CONTRATADA.

II – **Disponibilidade do serviço**: razão entre o tempo em que o serviço permaneceu plenamente disponível para uso, dentro do período de referência, e o tempo total contratualizado, desconsideradas as janelas de manutenção programada previamente autorizadas pelo CONTRATANTE.

III – **Interrupção total**: situação em que ocorre paralisação completa do tráfego de voz em determinada unidade ou grupo de entroncamentos/terminais, impossibilitando a realização e/ou recebimento de chamadas.

IV – **Interrupção parcial**: situação em que há degradação significativa de desempenho, com impacto em parte dos canais, entroncamentos ou terminais, ainda que não configurada a paralisação total.

3. DOS INDICADORES E METAS DE NÍVEL DE SERVIÇO

3.1. O desempenho da CONTRATADA será acompanhado, no mínimo, pelos seguintes indicadores:

I – **Disponibilidade dos serviços de voz (STFC)**;

II – **Cumprimento dos prazos máximos de ativação, programação e bloqueio**;

III – **Cumprimento dos prazos máximos de reparo**;

IV – **Atendimento e suporte técnico**;

V – **Disponibilidade do portal de gestão e informações para controle de gastos**.

3.2. As metas mínimas exigidas, a forma de aferição e as principais consequências pelo descumprimento constam da tabela a seguir.

Tabela 1 – Indicadores de Nível de Serviço, Metas e Forma de Aferição

TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

LEI 14.133/2021

Processo

Código

Folha nº

Gestão e Planejamento de Contratos

P.DGPC.XX.XX

2/8

Item	Indicador	Meta mínima	Forma de aferição	Periodicidade de verificação	Consequências pelo descumprimento*
1	Disponibilidade global do STFC (entradas e saídas, entroncamentos digitais e SIP Trunk)	≥ 99,5% ao mês, por unidade ou grupo de entroncamentos	Cálculo mensal: (tempo total – tempo de indisponibilidade não justificada) ÷ tempo total, com base em registros da CONTRATADA e do CONTRATANTE	Mensal	Registro de ocorrência, exigência de plano de ação corretiva e possibilidade de glosa proporcional do valor mensal do componente fixo do serviço e/ou sanções administrativas.
2	Ativação de Terminais Individuais	Até 15 (quinze) dias, contados do recebimento formal da solicitação	Comparação entre data de abertura do chamado e data de conclusão da ativação, registrada em sistema ou em comunicação oficial	Mensal	Registro de não conformidade e possibilidade de aplicação de sanções e glosas, conforme gravidade e reincidência.
3	Ativação e/ou Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais Especiais	Até 60 (sessenta) dias	Idem item 2	Mensal	Idem item 2.
4	Ativação e/ou Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais Convencionais	Até 60 (sessenta) dias	Idem item 2	Mensal	Idem item 2.
5	Ativação e/ou Mudança de Endereço de Terminais Fixos Individuais Convencionais (Temporários)	Até 03 (três) dias	Idem item 2	Mensal	Idem item 2.
6	Programação de Terminais Individuais Especiais	Até 05 (cinco) dias	Idem item 2	Mensal	Idem item 2.
7	Programação de Terminais Fixos Individuais Convencionais	Até 05 (cinco) dias	Idem item 2	Mensal	Idem item 2.

TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

LEI 14.133/2021

Processo

Código

Folha nº

Gestão e Planejamento de Contratos

P.DGPC.XX.XX

3/8

Item	Indicador	Meta mínima	Forma de aferição	Periodicidade de verificação	Consequências pelo descumprimento*
8	Programação de Terminais Fixos Individuais Convencionais (Temporários)	Até 05 (cinco) dias	Idem item 2	Mensal	Idem item 2.
9	Bloqueio de Terminais Fixos Individuais Especiais	Até 24 (vinte e quatro) horas	Comparação entre data/hora de abertura do chamado e data/hora de efetivo bloqueio	Mensal	Idem item 2.
10	Bloqueio de Terminais Fixos Individuais Convencionais	Até 24 (vinte e quatro) horas	Idem item 9	Mensal	Idem item 2.
11	Bloqueio de Terminais Fixos Individuais Convencionais (Temporários)	Até 24 (vinte e quatro) horas	Idem item 9	Mensal	Idem item 2.
12	Reparo de Terminais Fixos Individuais Especiais	Até 24 (vinte e quatro) horas	Comparação entre data/hora de abertura do chamado e data/hora de conclusão do reparo	Mensal	Idem item 2, com especial atenção para reincidência e impacto na continuidade do serviço.
13	Reparo de Terminais Fixos Individuais Convencionais	Até 24 (vinte e quatro) horas	Idem item 12	Mensal	Idem item 12.
14	Reparo de Terminais Fixos Individuais Convencionais (Temporários)	Até 24 (vinte e quatro) horas	Idem item 12	Mensal	Idem item 12.
15	Disponibilidade do Portal Web de gestão e controle de gastos	≥ 98% ao mês, no horário comercial (08h às 18h, dias úteis)	Relatórios de disponibilidade emitidos pela CONTRATADA, confrontados com registros do CONTRATANTE	Mensal	Registro de não conformidade, exigência de correção e possibilidade de glosa em caso de indisponibilidade recorrente.
16	Tempo de resposta inicial do suporte	Até 1 (uma) hora para chamados críticos e até 4 (quatro) horas	Registro da data/hora de abertura do chamado e	Mensal	Registro de não conformidade e possibilidade de aplicação

Item	Indicador	Meta mínima	Forma de aferição	Periodicidade de verificação	Consequências pelo descumprimento*
	técnico (atendimento de chamados)	para demais chamados, em horário comercial	da primeira interação técnica da CONTRATADA		de sanções, conforme gravidade e reincidência.
17	Conclusão da portabilidade numérica	Até 10 (dez) dias úteis por solicitação formal	Comparação entre a data do recebimento da solicitação formal e a data de conclusão efetiva da portabilidade, validada pela fiscalização do contrato	Por ocorrência / mensal	Registro de não conformidade, exigência de plano de ação corretiva e aplicação de glosa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis

***Sem prejuízo das sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e nas demais disposições deste Termo de Referência.**

4. DA FORMA DE MEDIÇÃO E DOS REGISTROS

4.1. Os prazos de ativação, programação, bloqueio e reparo serão contados a partir do recebimento, pela CONTRATADA, do comunicado oficial emitido pelo Fiscal Técnico do Contrato, por e-mail ou outro meio formal que venha a ser convencionado entre as partes, nos termos do disposto no Termo de Referência.

4.2. A CONTRATADA deverá manter sistema ou registro organizado de todos os chamados, contendo, no mínimo:


- I – número do chamado;
- II – data e hora de abertura;
- III – unidade e serviço afetado;
- IV – classificação do chamado (crítico ou não crítico, quando aplicável);
- V – descrição sintética do problema;
- VI – data e hora do primeiro atendimento;
- VII – data e hora da solução;
- VIII – causa provável e medidas corretivas adotadas.

4.3. A CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE **Relatório Mensal de Nível de Serviço**, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação, consolidando:

- I – os indicadores e metas previstos na Tabela 1;
- II – o resumo de chamados críticos e reincidências;
- III – a descrição de falhas relevantes, causas e ações corretivas;
- IV – proposta de ações preventivas ou de melhoria, quando cabível.

4.4. Os relatórios apresentados pela CONTRATADA não afastam o direito do CONTRATANTE de realizar medições próprias, cruzar informações com dados internos ou solicitar esclarecimentos adicionais.

4.5. DA PORTABILIDADE NUMÉRICA

 PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS	TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO LEI 14.133/2021	
Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	5/8

4.5.1. A CONTRATADA deverá concluir a portabilidade numérica das linhas, faixas DDR e demais recursos de numeração do CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da solicitação formal da Administração, observadas as condições técnicas e regulatórias aplicáveis, sem interrupção indevida do serviço e sem perda da numeração utilizada pelo CONTRATANTE.

4.5.2. Na hipótese de portabilidade em lote ou por etapas, o prazo acima será contado para cada solicitação formal emitida pela Administração, devendo a CONTRATADA apresentar cronograma executivo previamente aprovado pela fiscalização.

5. DAS EXCEÇÕES DE RESPONSABILIDADE

5.1. Não serão computados, para fins de apuração de descumprimento de metas de nível de serviço, os eventos de indisponibilidade decorrentes, comprovadamente:

- I – de caso fortuito ou força maior, nos termos da legislação civil, desde que devidamente demonstrados;
- II – de falhas na infraestrutura de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE, inclusive em sua rede interna de dados e energia elétrica;
- III – de atos de terceiros alheios à esfera de controle da CONTRATADA, como roubos, furtos, vandalismo e danos em rede pública, desde que a CONTRATADA comprove ter adotado as providências cabíveis para o pronto restabelecimento;
- IV – de janelas de manutenção programada previamente acordadas com o CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, salvo situações emergenciais justificadas.

5.2. Ainda que caracterizada alguma das hipóteses do item anterior, a CONTRATADA deverá envidar seus melhores esforços para a rápida normalização dos serviços, mantendo o CONTRATANTE permanentemente informado quanto ao andamento das ações.

6. DAS CONSEQUÊNCIAS PELO DESCUMPRIMENTO DAS METAS

6.1. O descumprimento das metas estabelecidas neste ANS:

- I – será registrado pelo Fiscal Técnico do Contrato em relatório próprio;
- II – poderá ensejar a exigência de apresentação de **plano de ação corretiva**, com prazos e responsáveis definidos;
- III – poderá ensejar **glosas ou abatimentos proporcionais** sobre o valor faturado relativamente ao período e ao serviço afetado, quando tecnicamente possível a quantificação do impacto;
- IV – poderá ensejar a aplicação das **sanções administrativas** previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021, inclusive advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, observados o contraditório e a ampla defesa.

6.2. Os critérios específicos de glosa, quando aplicáveis, serão definidos na minuta de contrato ou em instrumento próprio, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, vedação ao enriquecimento sem causa e supremacia do interesse público.

6.3. A reincidência no descumprimento das metas de nível de serviço, especialmente nos indicadores de disponibilidade global do STFC e de reparo de falhas, poderá ser considerada falta grave para fins de rescisão contratual.

7. DAS GLOSAS E ABATIMENTOS FINANCEIROS

7.1. Para fins de cálculo de glosa, fica definido como **Valor Base de Glosa – VBG** o valor mensal correspondente à parcela fixa dos serviços de telefonia fixa contratados (assinaturas de acessos, troncos, portas, facilidades e



Processo

Gestão e Planejamento de Contratos

Código

P.DGPC.XX.XX

Folha nº

6/8

serviços de gestão), **excluídos** os valores de tráfego excedente (minutagem variável), tributos e eventuais serviços extraordinários não recorrentes.

7.2. As glosas financeiras incidirão exclusivamente sobre o VBG, observados os limites e critérios estabelecidos neste Anexo, **sem prejuízo** da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e na minuta contratual.

7.3. Glosa por indisponibilidade global do STFC

7.3.1. A **disponibilidade global mensal do STFC** (entradas e saídas, entroncamentos digitais e SIP Trunk), por unidade ou grupo de entroncamentos, será calculada conforme item 3 deste Anexo.

7.3.2. Verificada a **não observância** da meta mínima de disponibilidade de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento), aplicar-se-á glosa sobre o VBG, de acordo com a faixa apurada, nos termos da tabela abaixo:

Tabela 2 – Glosa por disponibilidade global

Faixa de disponibilidade mensal medida (Dm)	Percentual de glosa sobre o VBG (PG_D)
$Dm \geq 99,50\%$	0%
$99,00\% \leq Dm < 99,50\%$	5%
$98,50\% \leq Dm < 99,00\%$	10%
$98,00\% \leq Dm < 98,50\%$	15%
$Dm < 98,00\%$	20%

7.3.3. O **Valor da Glosa por Disponibilidade – GD** será obtido pela fórmula:

$$GD = VBG \times PG_D$$

onde:

I – VBG = Valor Base de Glosa;

II – PG_D = percentual de glosa correspondente à faixa de disponibilidade apurada, conforme Tabela 2.

7.4. Glosa por descumprimento de prazos de ativação, programação, bloqueio e reparo

7.4.1. Para cada ocorrência em que os prazos máximos previstos na Tabela 1 (ativação, programação, bloqueio e reparo) não forem observados pela CONTRATADA, será aplicado **percentual de glosa incidente sobre o VBG**, na forma abaixo:

I – **Ativações e mudanças de endereço** (itens 2 a 5 da Tabela 1):

a) até 5 (cinco) ocorrências em atraso no mês: glosa de **1% (um por cento) do VBG por ocorrência**;


b) a partir da 6ª (sexta) ocorrência em atraso no mesmo mês: glosa de **2% (dois por cento) do VBG por ocorrência** adicional.

II – **Programações** (itens 6 a 8 da Tabela 1):

a) glosa de **0,5% (meio por cento) do VBG por ocorrência** em atraso, limitada a 5% (cinco por cento) do VBG no mês.

III – **Bloqueios e reparos** (itens 9 a 14 da Tabela 1):

a) glosa de **1% (um por cento) do VBG por ocorrência** em atraso;

 PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS	TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO LEI 14.133/2021	
Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	7/8

b) ocorrências classificadas como críticas, definidas pelo Fiscal Técnico do Contrato, ensejarão glosa de **2% (dois por cento) do VBG por ocorrência**.

7.4.2. O somatório das glosas apuradas nos incisos I a III deste item não poderá, isoladamente, ultrapassar **15% (quinze por cento) do VBG** no mês de referência.

7.5. Glosa por indisponibilidade do portal de gestão e por tempo de resposta do suporte técnico

7.5.1. Portal de gestão e controle de gastos (item 15 da Tabela 1):

I – quando a disponibilidade mensal do portal for inferior à meta de 98% (noventa e oito por cento) e igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento), aplicar-se-á glosa de **2% (dois por cento) do VBG**;

II – quando a disponibilidade mensal for inferior a 95% (noventa e cinco por cento) e igual ou superior a 90% (noventa por cento), aplicar-se-á glosa de **4% (quatro por cento) do VBG**;

III – quando a disponibilidade mensal for inferior a 90% (noventa por cento), aplicar-se-á glosa de **6% (seis por cento) do VBG**, sem prejuízo de outras providências contratuais.

7.5.2. Tempo de resposta inicial do suporte técnico (item 16 da Tabela 1):

I – para cada chamado crítico cujo tempo de resposta inicial ultrapasse o limite de 1 (uma) hora, será aplicada glosa de **0,5% (meio por cento) do VBG por ocorrência**;

II – para cada chamado não crítico cujo tempo de resposta inicial ultrapasse o limite de 4 (quatro) horas, será aplicada glosa de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do VBG por ocorrência**, limitada a 3% (três por cento) do VBG ao mês.

7.5.3. REGRA NUMÉRICA DA GLOSA – PORTABILIDADE:

7.5.3.1 - O descumprimento do prazo máximo para conclusão da portabilidade numérica sujeitará a CONTRATADA à aplicação de glosa incidente sobre o Valor Base de Glosa – VBG, na seguinte forma:

I – atraso de até 5 (cinco) dias úteis além do prazo previsto: glosa de 2% (dois por cento) do VBG, por solicitação em atraso;

II – atraso de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis além do prazo previsto: glosa de 5% (cinco por cento) do VBG, por solicitação em atraso;

III – atraso superior a 10 (dez) dias úteis além do prazo previsto: glosa de 10% (dez por cento) do VBG, por solicitação em atraso.

7.5.3.2 - Quando o atraso na portabilidade acarretar indisponibilidade total ou parcial do serviço, impossibilidade de recebimento de chamadas ou prejuízo operacional relevante a unidade do CONTRATANTE, a glosa prevista neste item poderá ser aplicada cumulativamente com a glosa por indisponibilidade, observado o limite global mensal já estabelecido no ANS.

7.5.3.3 - O valor da glosa por atraso na portabilidade será calculado pela fórmula:

$$\text{GP} = \text{VBG} \times \text{PGP}$$


onde:

I – GP = glosa por portabilidade;

II – VBG = Valor Base de Glosa;

III – PGP = percentual de glosa aplicável, conforme a faixa de atraso.

7.6. Limite global de glosa e relação com sanções

 <p>PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS</p>	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO</p> <p align="center">LEI 14.133/2021</p>	
<p>Processo</p> <p align="center">Gestão e Planejamento de Contratos</p>	<p align="center">Código</p>	<p align="center">Folha nº</p>
	<p align="center">P.DGPC.XX.XX</p>	<p align="center">8/8</p>

7.6.1. A soma de todas as glosas apuradas no mês, consideradas as hipóteses dos itens 7.3, 7.4 e 7.5, **não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do VBG.**

7.6.2. Ultrapassado o limite de 30% (trinta por cento) do VBG em glosas em 2 (dois) ou mais meses, consecutivos ou não, dentro do período de 12 (doze) meses, tal fato poderá ser caracterizado como **inadimplemento contratual grave**, ensejando a abertura de processo específico para eventual rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.6.3. A aplicação das glosas previstas neste Anexo **não exclui** a possibilidade de aplicação de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade e demais sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na minuta contratual e na regulamentação interna do TJAL.

ANEXO VI – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Pelo presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, de um lado, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS – TJAL, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede em **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente instrumento, o qual passa a integrar, para todos os fins, o Contrato nº **xx/2026**, que tem por objeto a prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto estabelecer obrigações específicas de confidencialidade, sigilo e proteção de dados pessoais a serem observadas pela CONTRATADA, seus empregados, prepostos, subcontratados e colaboradores, em razão do acesso a informações, dados, sistemas, documentos e demais ativos informacionais do CONTRATANTE, no contexto da execução do Contrato nº **xx/2026**.

1.2. Para fins deste Termo, considera-se dado pessoal, dado pessoal sensível, controlador, operador e tratamento os conceitos definidos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas correlatas.

2. DO PAPEL DAS PARTES NO TRATAMENTO DE DADOS

2.1. O TJAL, por meio de suas unidades administrativas e judiciárias, atuará, em regra, na qualidade de CONTROLADOR, cabendo-lhe as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato.

2.2. A CONTRATADA atuará, em regra, na qualidade de OPERADORA, realizando o tratamento de dados pessoais em nome do CONTRATANTE e exclusivamente para os fins previstos no contrato principal, salvo nas hipóteses em que atuar como controladora em razão de obrigações legais próprias, situação em que deverá manter o CONTRATANTE devidamente informado.

2.3. A CONTRATADA compromete-se a observar, em todas as suas atividades relacionadas ao contrato, os princípios e fundamentos previstos na LGPD, bem como as orientações formais do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do TJAL e demais normas internas de segurança da informação e proteção de dados.

3. DAS OBRIGAÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE

3.1. A CONTRATADA declara-se ciente de que todas as informações, documentos, registros, dados pessoais e demais elementos aos quais venha a ter acesso em razão da execução do contrato são de caráter confidencial e de uso restrito do TJAL, comprometendo-se a preservá-los em sigilo, não os utilizando para qualquer outra finalidade que não a estritamente necessária para o cumprimento do objeto contratual.

3.2. A CONTRATADA obriga-se a não divulgar, revelar, repassar, ceder, transferir, compartilhar, disponibilizar ou permitir o acesso de terceiros, a qualquer título, às informações confidenciais e aos dados pessoais tratados em nome do TJAL, salvo mediante autorização prévia e expressa do CONTRATANTE ou por força de determinação legal ou judicial.

3.3. A obrigação de confidencialidade prevista neste Termo aplica-se a todos os empregados, representantes, prepostos, consultores, terceirizados e subcontratados da CONTRATADA que, de qualquer forma, tenham acesso a informações do TJAL, cabendo à CONTRATADA assegurar que tais pessoas físicas ou jurídicas assumam os mesmos compromissos de sigilo e proteção de dados aqui estabelecidos.

3.4. A CONTRATADA deverá utilizar as informações e dados pessoais exclusivamente para o cumprimento do contrato, sendo vedada a utilização para fins particulares, comerciais, concorrenciais, de perfilhamento, marketing, publicidade ou qualquer outro propósito incompatível com as finalidades definidas pelo TJAL.

Processo	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	2/3

4. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS À LGPD

I – tratar os dados pessoais apenas conforme as instruções documentadas do CONTRATANTE, salvo se houver obrigação legal ou regulatória que imponha tratamento diverso, hipótese em que deverá informar previamente o TJAL, sempre que possível;

II – adotar medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou irregular;

III – manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome do CONTRATANTE, quando aplicável, mantendo-os disponíveis para eventual auditoria ou fiscalização;

IV – garantir que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais estejam sujeitas a compromissos de confidencialidade e recebam orientação adequada sobre segurança da informação e proteção de dados;

V – não compartilhar dados pessoais com sub operadores ou outros terceiros sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, assegurando, quando autorizado, que tais terceiros assumam obrigações equivalentes às previstas neste Termo;

VI – prestar apoio ao CONTRATANTE no atendimento às requisições de titulares de dados pessoais, autoridades de controle e demais órgãos de fiscalização, no que se relacionar ao contrato;

VII – auxiliar o CONTRATANTE na elaboração e manutenção de registros, relatórios e evidências necessárias para demonstração de conformidade com a LGPD, quando solicitado;

VIII – comunicar formalmente ao CONTRATANTE, em prazo razoável e com a maior brevidade possível, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, fornecendo informações suficientes para avaliação e adoção de providências.

5. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

5.1. A CONTRATADA se compromete a implementar e manter medidas de segurança físicas, lógicas e administrativas compatíveis com a natureza das informações e dos dados tratados, incluindo, no mínimo, controle de acesso, gestão de credenciais, políticas de senhas, registros de log, backup, proteção contra software malicioso e outros mecanismos adequados para reduzir riscos de incidentes.

5.2. Sempre que houver acesso remoto a sistemas, dados ou informações do TJAL, a CONTRATADA deverá assegurar mecanismos de autenticação forte e de comunicação segura, observando as orientações técnicas eventualmente emitidas pela área responsável de tecnologia da informação do TJAL.

6. DOS INCIDENTES DE SEGURANÇA

6.1. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE, tão logo tome ciência e preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais tratados em nome do TJAL ou informações confidenciais do Tribunal, contendo, sempre que possível:

I – descrição da natureza do incidente e da categoria de dados pessoais afetados;

II – indicação aproximada do número de titulares de dados afetados;

III – descrição das possíveis consequências do incidente;

IV – descrição das medidas técnicas e organizacionais adotadas para mitigar os efeitos do incidente e prevenir novas ocorrências.

6.2. A comunicação de incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares de dados ou a outros órgãos competentes será coordenada pelo TJAL, na qualidade de controlador, podendo a CONTRATADA ser instada a fornecer informações complementares ou suporte técnico.

7. DA DEVOLUÇÃO E ELIMINAÇÃO DOS DADOS

7.1. Encerrada a vigência do contrato, rescindido o ajuste ou cessada, por qualquer motivo, a necessidade de tratamento de dados pessoais em nome do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, por determinação do TJAL:

I – devolver ao CONTRATANTE todos os dados pessoais e demais informações obtidas em razão do contrato, em formato estruturado, interoperável e de acordo com especificações técnicas fornecidas pelo TJAL; e/ou

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	3/3

II – eliminar, de forma segura e definitiva, os dados pessoais tratados em nome do CONTRATANTE que estiverem sob sua posse, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas em lei ou regulamento.

7.2. A CONTRATADA deverá manter registro das evidências de eliminação de dados pessoais realizada em atendimento a determinação do CONTRATANTE, disponibilizando-as sempre que solicitado.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. O presente Termo entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válido enquanto vigente o Contrato nº **xx**/2026 e por, no mínimo, 5 (cinco) anos após o seu término, no que se refere às obrigações de confidencialidade e sigilo, sem prejuízo de prazos superiores previstos em legislação específica.

9. DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

9.1. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo sujeitará a CONTRATADA às sanções contratuais e administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na LGPD, na legislação aplicável e nos demais instrumentos que regem a contratação, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos materiais e morais decorrentes de eventual tratamento inadequado ou irregular de dados pessoais ou violação de confidencialidade.

9.2. A aplicação de glosas, multas, advertências, impedimentos ou quaisquer outras penalidades não afasta a possibilidade de responsabilização civil, administrativa e penal pelos atos praticados.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A CONTRATADA declara que leu, compreendeu e concorda com todas as condições estabelecidas neste Termo, comprometendo-se a cumpri-las e a disseminá-las entre seus colaboradores envolvidos na execução do contrato.

10.2. O presente Termo integra o Termo de Referência, o edital e o Contrato nº **xx**/2026, prevalecendo, em caso de conflito, a norma mais protetiva aos titulares de dados pessoais e ao interesse público, observada a legislação vigente.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em [número de vias] vias de igual teor e forma.

Data:

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA

Representante: **NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**

Cargo: **CARGO**

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	1/4

ANEXO VII – RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – RIPD.**Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC**

Documento sucinto para instrução do processo de contratação, elaborado para demonstrar a avaliação prévia dos riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais no contexto da prestação dos serviços de telefonia fixa comutada.

1. Identificação do tratamento

Contratação: prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, com fornecimento de troncos digitais PRI/E1, troncos IP SIP Trunk, portabilidade numérica, ativação, manutenção, suporte técnico, bilhetagem, monitoramento e emissão de relatórios gerenciais.

Controlador: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas – TJAL.

Operador: empresa contratada para prestação dos serviços de STFC.

Encarregado pelo tratamento de dados pessoais: Encarregado de Dados do TJAL, conforme ato próprio de designação.

Fundamento normativo: Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Resolução CNJ nº 363/2021; normas internas de segurança da informação e proteção de dados do TJAL.

2. Finalidade do tratamento

O tratamento de dados pessoais será realizado exclusivamente para viabilizar a prestação, gestão, fiscalização, medição e pagamento dos serviços de telefonia fixa contratados, incluindo:

- ativação e manutenção de linhas, troncos, ramais, DDRs e recursos de numeração;
- realização de portabilidade numérica;
- emissão de relatórios de bilhetagem e consumo;
- abertura, acompanhamento e solução de chamados técnicos;
- aferição de níveis de serviço e aplicação de glosas;
- auditoria, controle de gastos e fiscalização contratual.

3. Categorias de dados pessoais tratados

Poderão ser tratados, de forma limitada ao necessário para a execução contratual, os seguintes dados:

- nome, matrícula, cargo, lotação e contato institucional de magistrados, servidores, colaboradores ou responsáveis por unidades;
- número de ramal, linha telefônica, DDR, setor ou unidade vinculada;
- registros de chamadas, tais como número de origem, número de destino, data, horário, duração, tipo de chamada e valor tarifado;
- registros de chamados técnicos, incluindo identificação do solicitante, unidade, descrição da ocorrência e histórico de atendimento;
- logs de acesso ao portal de gestão, quando disponibilizado pela contratada.

Não se prevê tratamento ordinário de dados pessoais sensíveis. Caso, excepcionalmente, dados sensíveis sejam inseridos em chamados ou comunicações, deverão ser tratados apenas na medida indispensável à solução da demanda e protegidos por controles adicionais.

4. Categorias de titulares

Os titulares potencialmente envolvidos são magistrados, servidores, estagiários, colaboradores terceirizados, representantes da contratada e usuários externos que realizem ou recebam chamadas institucionais.

5. Base legal

O tratamento é compatível, em tese, com as seguintes bases legais da LGPD:

Processo	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	2/4

- cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, quando relacionado à gestão contratual, transparência, fiscalização e guarda documental;
- execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados à contratação;
- execução de políticas públicas e exercício regular de competências administrativas do TJAL;
- legítimo interesse do controlador, quando aplicável à segurança, auditoria, controle de gastos e proteção do patrimônio público, respeitados os direitos dos titulares.

6. Necessidade e proporcionalidade

O tratamento mostra-se necessário porque a prestação de STFC exige a identificação dos recursos de telefonia utilizados pelo TJAL, a associação de linhas, ramais e DDRs a unidades administrativas, a realização de portabilidade, a medição do consumo e a apuração de falhas de serviço.

A coleta deve ser restrita aos dados indispensáveis à prestação, fiscalização e medição do contrato, vedado o uso para finalidades comerciais, marketing, perfilamento, prospecção, enriquecimento de base de dados ou compartilhamento não autorizado.

7. Compartilhamento de dados

Os dados poderão ser acessados pela contratada e por subcontratados ou suboperadores estritamente necessários à execução técnica do serviço, desde que previamente autorizados pelo TJAL e vinculados a obrigações equivalentes de sigilo, confidencialidade e proteção de dados.

Eventual compartilhamento com a ANATEL, Poder Judiciário, órgãos de controle ou autoridades públicas deverá observar a legislação aplicável e ser documentado quando pertinente.

8. Riscos identificados

Risco	Descrição	Prob.	Impacto	Medidas de mitigação
Acesso indevido a relatórios de bilhetagem	Consulta não autorizada a números discados, horários e padrões de comunicação institucional.	Média	Alto	Controle de acesso, perfis por usuário, autenticação, logs e revisão periódica de permissões.
Uso indevido dos dados pela contratada	Utilização de dados de usuários, ramais ou relatórios para finalidade diversa do contrato.	Baixa	Alto	Cláusula contratual de LGPD, termo de confidencialidade e vedação expressa de uso secundário.
Exposição de dados em chamados técnicos	Inserção de informações pessoais ou sensíveis em solicitações de suporte.	Média	Médio	Orientação aos usuários, minimização de dados, canal formal de chamados e restrição de acesso.
Falha na portabilidade numérica	Perda, indisponibilidade ou associação incorreta de numeração institucional.	Baixa	Alto	Cronograma aprovado, testes prévios, validação pela fiscalização e plano de reversão.

Processo

Código

Folha nº

Gestão e Planejamento de Contratos

P.DGPC.XX.XX

3/4

Risco	Descrição	Prob.	Impacto	Medidas de mitigação
Incidente de segurança no portal da contratada	Vazamento de logs, relatórios de consumo ou dados de usuários.	Baixa	Alto	Criptografia, logs, autenticação forte, notificação de incidentes e auditoria.
Retenção indevida após o fim do contrato	Manutenção de dados pela contratada sem necessidade após o encerramento contratual.	Média	Médio	Cláusula de devolução/eliminação, comprovação de descarte seguro e encerramento de acessos.

9. Medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação

Deverão ser previstas no edital, contrato e anexos as seguintes medidas mínimas:

- assinatura de Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados pela contratada;
- cláusula de tratamento de dados pessoais, definindo o TJAL como controlador e a contratada como operadora, no que couber;
- acesso ao portal de bilheteira e chamados somente por usuários autorizados;
- registro de logs de acesso, consulta, alteração e extração de relatórios;
- vedação de uso dos dados para finalidades alheias ao contrato;
- proibição de compartilhamento com terceiros sem autorização do TJAL, ressalvadas obrigações legais;
- comunicação de incidentes de segurança ao TJAL em prazo definido contratualmente;
- devolução ou eliminação segura dos dados ao fim do contrato;
- manutenção de relatórios de bilheteira pelo prazo necessário à fiscalização contratual, auditoria e prestação de contas;
- cooperação com o TJAL em demandas de titulares, auditorias, órgãos de controle e ANPD.

10. Transparência

Em observância ao princípio da transparência e à Resolução CNJ nº 363/2021, as informações essenciais sobre o tratamento de dados decorrente da contratação deverão estar disponíveis no processo administrativo e, quando cabível, nos instrumentos de transparência institucional, resguardadas informações protegidas por sigilo, segurança da informação ou interesse público.

A divulgação pública do RIPD poderá ocorrer em versão resumida ou com supressão de informações técnicas sensíveis, conforme avaliação do TJAL.

11. Avaliação quanto ao risco residual

Considerando a natureza do objeto, os dados tratados são predominantemente dados cadastrais, funcionais, técnicos e metadados de comunicação, não se prevendo tratamento ordinário de conteúdo de chamadas ou dados pessoais sensíveis.

Com a adoção das salvaguardas indicadas, o risco residual é considerado moderado, especialmente em razão da sensibilidade institucional dos registros de chamadas e da possibilidade de inferência de rotinas administrativas a partir dos metadados. O tratamento é considerado proporcional e necessário à execução do contrato, desde que observadas as medidas de segurança, confidencialidade, minimização e controle de acesso.

12. Conclusão

A contratação de STFC envolve tratamento limitado, porém relevante, de dados pessoais e metadados de comunicações institucionais. A elaboração deste Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais atende à

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	P.DGPC.XX.XX	4/4

Resolução CNJ nº 363/2021 e demonstra a avaliação prévia dos riscos associados à contratação.

Conclui-se pela viabilidade do tratamento de dados pessoais necessário à execução do contrato, condicionada à inclusão, no edital e no contrato, de cláusulas específicas de proteção de dados, confidencialidade, segurança da informação, controle de acesso, notificação de incidentes, restrição de finalidade e eliminação ou devolução dos dados ao término da relação contratual.

Maceió/AL, ____ de _____ de _____.